



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS

EFEITO DO MICROCRÉDITO NO EMPREGO EM
PORTUGAL

30/06/2011

EMANUEL JOSÉ MARQUES EMÍDIO

Orientação: Professora Doutora Paula Albuquerque

EFEITO DO MICROCRÉDITO NO EMPREGO EM PORTUGAL

Emanuel José Marques Emídio

Mestrado em Ciências Económicas

Orientador: Professora Doutora Paula Albuquerque

Resumo

O objectivo principal desta dissertação é estudar o microcrédito, enquanto meio de ajudar pessoas em situações económicas difíceis, nomeadamente desempregados, trabalhadores precários, entre outros casos em que o indivíduo não consegue sobreviver num mercado cada vez mais exigente e competitivo, que tende gradualmente a preferir empregados mais jovens. Estas pessoas, que não têm forma de subsistir, lidam, na maior parte das vezes, com oportunidades escassas de obter créditos normais por parte dos bancos, uma vez que não oferecem garantias suficientes.

Sendo uma medida relativamente recente no nosso país, o microcrédito veio para Portugal para responder às necessidades dessas pessoas, conferindo-lhes a oportunidade para criar o seu próprio emprego, através das microempresas que os ajudam a garantir uma qualidade de vida decente, uma vez que, assim, se conseguem manter e desempenhar um papel relevante na sociedade, pagando impostos e contribuindo para um futuro melhor como qualquer um de nós.

Quando apareceu pela primeira vez, pela mão de Muhammad Yunus, Professor de Economia e, devido a esta grande iniciativa reflectida no microcrédito, Nobel da Paz, o seu inventor ponderou-o, alicerçando-se na crença verdadeira de que, dando às pessoas as oportunidades certas, podemos, juntos, diminuir e até erradicar a pobreza por todo o mundo. Ele também não tem dúvidas de que todos nós possuímos qualidades que nos podem ajudar a prosperar, embora, infelizmente, para alguns, nem sempre surgem as ocasiões favoráveis para mostrar essas aptidões.

Motivado pela sua filosofia, metodologia e processos, decidi estudar o microcrédito, mediante, entrevistas, a algumas das microempresas de Lisboa (60), e comparar os meus resultados com pesquisas similares efectuadas pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), procurando corroborar se o microcrédito representa, de facto, uma ferramenta de sucesso para o emprego e, por conseguinte, para a Economia Portuguesa.

Palavras-Chave: microcrédito, microempresas, economia, emprego, Portugal, ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito).

Abstract

The major purpose of this dissertation is to study the microcredit, as a means for helping people in economically difficult situations, namely unemployed, precarious workers and other cases in which a person cannot make ends meet to survive in an increasingly exigent and competitive market which tends gradually more to prefer younger employees. Those people, who do not have a way to make money, deal, most of the times, with scarce regular credit opportunities given by banks, because they do not enclose sufficient warranties.

Being a relatively recent measure in our country, microcredit came to Portugal to respond to those people's needs, giving them the opportunity to create their own jobs, through microenterprises that help them maintaining a decent life quality, once they can sustain themselves and play an important role in society, paying taxes and contributing to a better future like anyone else.

When it first appeared, by the hands of Muhammad Yunus, this Professor of Economy and, for that great initiative reflected on microcredit, the Nobel of Peace, its inventor thought of this out of a true believing that giving people the right opportunities we could, together, diminish and even eradicate poverty all over the world. He also has no doubts that all of us have qualities that can help us reach prosperity, but, unfortunately, for some of us, there are not always the right occasions to show those attributes.

Motivated by its philosophy, methodology and processes, I decided to study, through interviews, some of the Lisbon's microenterprises (60), and compare my study with the results of similar research carried out by the Association of the Right to Credit (ANDC), in an attempt to corroborate if microcredit is indeed a successful tool for Portuguese employment and therefore for Portugal's Economy.

Keywords: microcredit, microenterprises, economy, employment, Portugal, ANDC (Association for the Right to Credit).

Índice

Resumo.....	2
Abstract	3
Índice de Gráficos e de Tabelas	6
Introdução	8
Agradecimentos.....	12
1. O microcrédito	14
1.1 Origem do microcrédito	14
1.2 Definição de microcrédito.....	16
1.3 Vantagens e dificuldades.....	18
1.4 O microcrédito em Portugal	19
2. Estatísticas do microcrédito em Portugal	20
2.1 Volume de projectos creditados	21
2.2 Valor global e médio dos créditos creditados	22
2.3 Número de postos de trabalho criados no momento da abertura da empresa.....	23
2.4 Género dos microempresários	23
2.5 Distribuição regional dos microempresários	24
2.6 Distribuição por grupo etário	25
2.7 Distribuição por habilitações literárias.....	26
2.8 Distribuição de projectos por CAE (Classificação Portuguesa das Actividades Económicas)	27
3. Questão e objectivos da presente investigação.....	28
4. Metodologia	31
5. Resultados dos questionários	33
5.1. Identificação da(s) Actividade(s)	34
5.2. Acompanhamento e Formação.....	38
5.3. Financiamento	41
5.4. Colaboradores	44
5.5. Análise ao Microcrédito	46
5.5. Análise demográfica.....	53
5.6. Vencimento	57
6. Teste do Qui-Quadrado de independência	59
7. Discussão dos resultados.....	62

7.1. Perfil médio do microempresário estudado.....	62
7.2. As “micro-realidades” dos microempresários da Grande Lisboa.....	65
8. Impacto do microcrédito na Economia Portuguesa: uma ferramenta de sucesso?.....	70
Conclusão.....	74
Bibliografia	77
Anexo (Guião das Entrevistas Telefónicas)	80

Índice de Gráficos e de Tabelas

Gráfico 1 Volume de projectos creditados entre 2009 e 2011.	21
Gráfico 2 Volume de projectos creditados entre 1999 e 2009.	21
Gráfico 3 Volume de projectos creditados de 1999 a 2011.....	22
Gráfico 4 Valor global e médio dos créditos concedidos entre 2009 e 2011.	22
Gráfico 5 Valor global e médio dos créditos concedidos de 1999 a 2011.	22
Gráfico 6 N° de postos de trabalho criados no momento da abertura da empresa de 1999 a 2011.	23
Gráfico 8 Género dos Microempresários de 1999 a 2011.....	24
Gráfico 9 Distribuição regional dos microempresários de 1999 a 2011.	24
Gráfico 10 Distribuição dos microcréditos por grupo etário de 1999 a 2011.	25
Gráfico 11 Distribuição dos microcréditos por habilitações literárias de 1999 a 2011.....	26
Gráfico 12 Distribuição de projectos por CAE, de 1999 a 2010.....	27
Gráfico 33 – Distribuição das actividades por sector.....	35
Gráfico 14 – Distribuição por tempo desde o qual houve recurso ao microcrédito	36
Gráfico 15 – Situação profissional antes do recurso ao microcrédito	37
Gráfico 16 – Outras actividades exercidas, além daquelas financiadas pelo microcrédito	38
Gráfico 17 – Acompanhamento ao nível profissional durante o projecto financiado	39
Gráfico 18 – Formação durante o projecto financiado.....	39
Gráfico 19 – Avaliação do acompanhamento prestado pela ANDC.....	40
Gráfico 40 – Montante do empréstimo	41
Gráfico 21 – Carácter de suficiência do montante emprestado para criar o negócio	42
Gráfico 21 – Prazo de reembolso do empréstimo	43
Gráfico 22 – Reembolso do empréstimo.....	43
Gráfico 23 – Dificuldade de reembolso do empréstimo.....	44
Gráfico 24 – Número de colaboradores da microempresa	45
Gráfico 25 – Despedimentos	46
Gráfico 26 – Carácter de demora do processo do microcrédito	47
Gráfico 27 – Dificuldades de acesso ao microcrédito	48
Gráfico 28 – Previsão da situação laboral sem o microcrédito	49
Gráfico 29 – Carácter de sucesso do microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego.....	50
Gráfico 50 – Melhorias na vida dos microempresários e agregados familiares proporcionadas pelo microcrédito	51
Gráfico 31 – Hoje, voltaria a recorrer ao microcrédito?	51
Gráfico 32 – Predisposição dos microempresários para partilharem sugestões de melhoramento do microcrédito	52
Gráfico 33 – Género dos microempresários.....	54
Gráfico 34 – Idade dos microempresários.....	55
Gráfico 35 – Estado civil dos microempresários.....	55
Gráfico 36 – Número de pessoas do agregado familiar dos microempresários	56

Gráfico 37 – Habilitações literárias dos microempresários.....	57
Gráfico 38 – Vencimento dos microempresários	58
Tabela 1 Crosstab	59
Tabela 2 Resultados do Teste do Qui-Quadrado de independência	60

Introdução

Nos dias que correm, vivenciamos uma crise económica que se reflecte na vida das pessoas de forma negativa, especialmente no que diz respeito ao desemprego, pois, apesar de estarem desempregadas, estas pessoas possuem experiências, capacidades produtivas e ideias de negócio (Araújo, 2010).

Segundo Araújo (2010, p.11), a sociedade tem de saber como resolver estes problemas, porque cada vez mais os indivíduos correm riscos de caminhar para situações de pobreza, formando-se, deste modo, uma sociedade gradualmente menos competitiva, que produz menor riqueza, diminuindo o poder de compra, o que leva, consequentemente, ao encerramento de empresas, entrando toda a sociedade num “*ciclo vicioso*” que há que contrariar em prol da defesa de uma economia sustentável e de um Estado social seguro.

Para Afonso (2010), nem todas as pessoas têm, naturalmente, as mesmas aptidões para criar rendimento, o que poderá levar à exclusão social e à pobreza. É fundamental a criação de políticas activas de integração dos indivíduos mais desfavorecidos. O microcrédito surge, então, como um instrumento de reinserção socioeconómica, oferecendo a pessoas excluídas ou em risco de exclusão social por não disporem de recursos económicos para desenvolver uma actividade, embora, por vezes, capazes e com espírito de iniciativa, uma oportunidade de construir um futuro profissional promissor.

Não é por acaso que diversos economistas de renome, como Muhammad Yunus (2008), consideram o microcrédito um meio com grande potencial económico para erradicar a pobreza.

Pires (2009, p.23) também partilha da mesma opinião, referindo que o microcrédito “é uma resposta contra as desigualdades na distribuição de riqueza e desenvolvimento no mundo e a exclusão consequente provocada pelos fenómenos desestruturantes produzidos pela globalização neoliberal”.

O microcrédito torna-se, assim e progressivamente, num instrumento de eleição no âmbito do combate ao desemprego e à pobreza, até porque os bancos não consideram viável conceder empréstimos bancários para financiamento das ideias de negócio sem que lhes sejam asseguradas garantias reais – garantias, estas, que não podem ser oferecidas por indivíduos nestas situações (Araújo, 2010).

A Associação Nacional de Direito ao Crédito [ANDC] (2006) refere que o microcrédito é para quem vive numa situação de precariedade económica e social, que se encontra desempregado ou que, de alguma forma, corra esse risco.

O microcrédito deve ser atribuído a mulheres e homens que, encontrando-se nestas situações de precariedade, queiram construir o seu próprio emprego e não possam ter acesso a créditos comuns financiados pelos bancos e, desta forma, se tornem independentes (ANDC, 2006).

Araújo (2010) refere que através do microcrédito a sociedade é beneficiada porque deixa de suportar os subsídios atribuídos aos desempregados, ao mesmo tempo em que os indivíduos desfavorecidos são ajudados e passam a ser elementos activos na sociedade, ou seja, têm emprego, produzem bens e serviços, cumprem as suas obrigações de cidadania, nomeadamente o pagamento de impostos e de contribuições.

Por todas estas razões, autores como André e Abreu (2006) consideram este um dos mais significativos exemplos inovação social em Portugal: a introdução do microcrédito.

Araújo (2010) diz-nos que os indivíduos que recorrem ao microcrédito com a finalidade de saírem do desemprego estão a aumentar, podendo este instrumento constituir, outrossim, um meio para atingir a realização pessoal e profissional.

Considerando a pertinência do tema seleccionado para este estudo, formulei as seguintes questões de investigação:

- Pode o microcrédito ser considerado uma ferramenta de sucesso na criação de emprego em Portugal e, conseqüentemente, uma mais-valia para a economia Portuguesa?

Assim, dado o interesse crescente acerca do microcrédito, delineei como objectivo geral:

- Entender se o microcrédito é ou não uma ferramenta de sucesso para o emprego em Portugal, tendo em conta o seu efeito na Economia Portuguesa.

Para atingir esta finalidade, será utilizada uma metodologia baseada em entrevistas estruturadas a uma amostra de 60 microempresários (telefonicamente) com base num questionário (composto por 27 questões fechadas e uma questão aberta).

Através da análise dos dados obtidos nos questionários, será efectuada uma abordagem crítica do possível impacto do microcrédito na Economia Portuguesa ao nível de emprego.

O presente estudo encontra-se estruturado em duas partes distintas. A primeira parte constitui o enquadramento teórico, em que me debruçarei sobre o microcrédito, a sua definição e origem, vantagens e desvantagens, bem como a sua implementação em Portugal, de acordo com dados da ANDC. Numa segunda parte, apresentarei os resultados da minha investigação, confrontando-os com os do estudo da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC, 2011), que compreendem o período de 1999 a 2011. De seguida, discutirei estes resultados, elaborando, para isso, a partir da minha amostra, um perfil do microempresário operando na Grande Lisboa, e debruçar-me-ei sobre uma reflexão acerca das minorias, ou “micro-realidades”, que, durante esta jornada, pude conhecer. Por fim, ponderarei atentamente, à luz desta pesquisa, a minha questão de investigação, levantando algumas sugestões de melhoria para o microcrédito. Concluirei, concentrando-me nos frutos desta experiência e tomando a minha posição enquanto investigador em Ciências Económicas. Antes de terminar, sugirirei, ainda, algumas possibilidades de investigação futura que, de acordo com o meu conhecimento e experiência, me parecem verdadeiramente pertinentes.

Agradecimentos

Agora que termino esta aliciante jornada, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que directa ou indirectamente, contribuíram para a mesma. Assim, dirijo, sinceramente reconhecido, as minhas humildes palavras de apreço e gratidão, às seguintes pessoas:

À minha orientadora, a Professora Doutora Paula Albuquerque, pela dedicação, total disponibilidade e simpatia com que sempre me recebeu, pelas suas sugestões sempre pertinentes e pelos seus ensinamentos

A toda a minha família, nomeadamente aos meus Pais, por tudo e ainda por toda a compreensão, pelo incentivo, pelo acreditarem em mim, ajudando-me, mais uma vez e não certamente a última, ao longo de deste trabalho!

À minha irmã, Tânia Emídio, por toda a ajuda dedicada a este trabalho, nomeadamente à revisão linguística, sobre a qual empreendeu, de bom grado, o seu esforço.

À Joana, pela sua ajuda preciosa na realização das entrevistas telefónicas, assim como por todo o seu apoio, compreensão e incentivo constantes.

À Associação Nacional de Direito ao Crédito, na pessoa do seu Presidente, o Sr. Dr. José Centeio, por toda a sua colaboração, abertura e disponibilidade para me auxiliar

neste projecto, disponibilizando-me o seu tempo, os seus valiosos ensinamentos e a base de dados que me permitiu efectuar este trabalho.

Ao Professor Júlio Mendes por toda a colaboração neste trabalho, mais precisamente no que toca às ideias de como estruturar este trabalho, na revisão do Guião de Entrevista Telefónica, bem como na forma como abordar este estudo.

Ao Dr. Artur Simes, por todo o seu incentivo, acompanhamento e a grande amizade demonstrada.

Ao Vítor Grosa pela sua boa vontade de me ajudar a elaborar as tabelas em SPSS.

A todos os que não mencionei, mas que guardo, na minha lembrança, o meu bem-haja!

Muitíssimo obrigado a todos!

1. O microcrédito

Para Alves (2006), o microcrédito constitui, na actualidade, uma questão de extrema importância, pois permite fomentar o emprego, a confiança e auto-estima das pessoas em situação precária, possibilitando tornar a sociedade mais inclusiva, competitiva, activa e sustentável.

Segundo o acordo de cooperação entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, “O microcrédito permite criar emprego, eliminar o subsídio – dependência (fazendo com que muitos dos que anteriormente apenas consumiam riqueza possam, também, ser parte na sua formação) –, produzir bens e serviços e aumentar o montante dos impostos e contribuições pagos” (Acordo, 2006).

O surgimento do microcrédito surgiu, assim, sequência da complexidade das situações e das suas especificidades locais enquanto solução de combate à pobreza e à exclusão social (Afonso, 2010).

1.1 Origem do microcrédito

Ao longo dos tempos, foram emergindo manifestações de forma isolada e pontual com características de microcrédito (Araújo, 2010). Mas, segundo Alves (2006), o grande “marco” do microcrédito surgiu nos anos 70 do século XX, no Bangladesh, com o Professor Muhammad Yunus, a quem foi atribuído o prémio Nobel da Paz em 2006. Yunus desejava a erradicação total da pobreza e considerava a falta do

acesso ao crédito uma injustiça. Este prémio veio, assim, comprovar o reconhecimento público do valor socioeconómico da sua ideia.

Muhammad Yunus (2002) acreditava que poderíamos viver num mundo livre de pobreza; chegou a esta conclusão através da sua experiência, enquanto fundador e trabalhador do Grameen Bank.

Para este economista de Bangladesh, o crédito representa uma porta através da qual as pessoas poderiam sair da pobreza. Na sua visão, todos possuem capacidades escondidas à espera da oportunidade certa para as poderem explorar.

Esta ideia desenvolvida por Muhammad Yunus e pelo Grameen Bank expandiu-se de forma significativa por todo o mundo, chamando a atenção de economistas e instituições no decorrer das últimas décadas (Afonso, 2010).

De acordo com Afonso (2010), esta propagação do microcrédito não ocorreu de forma homogénea, tendo surgido, inicialmente, em contextos rurais de países em desenvolvimento. Na actualidade existem, porém, programas de microcrédito em países com níveis de desenvolvimento bastante diferentes e a sua utilização alargou-se, também, aos contextos urbanos.

Em Portugal, têm sido, igualmente, tomadas medidas para solucionar os problemas da pobreza e da exclusão social através de programas de apoio à inserção profissional, atribuindo subsídios ou empréstimos. No entanto, não se verificou o sucesso esperado. Foi então necessária a criação de uma outra solução, que surgiu após a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento, realizada em Copenhaga, no ano de 1995. Foi neste ensejo que os membros da Associação para a Cooperação entre os Povos

[ACEP] começaram a reflectir sobre a implementação do microcrédito em Portugal (Araújo, 2010).

Segundo Alves (2006), o microcrédito surgiu em Portugal no ano de 1998 através da criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito [ANDC].

1.2 Definição de microcrédito

Para Alves (2006, p. 45), o microcrédito “é um instrumento de promoção da iniciativa e do empreendedorismo de pessoas que, vivendo em situação de exclusão ou pré-exclusão e não tendo acesso ao crédito normal do sistema financeiro, demonstram capacidade de poderem vir a desenvolver um negócio bem sucedido”.

Para entender mais plenamente o microcrédito, deveremos ter em conta os seguintes pressupostos propostos por Alves (2007), a saber:

- É um crédito financeiro de pequena dimensão;
- Destina-se a pessoas consideradas pobres e excluídas socialmente ou nas suas margens;
- Visa pessoas com iniciativa e empreendedoras que desejam criar o seu próprio emprego;
- Dirige-se a apoiar projectos que disponham de uma boa base de sustentação para se desenvolver;
- Beneficia as pessoas que não podem dar garantias reais a instituições bancárias;
- Encoraja promotores que acreditem e depositem confiança nas suas capacidades de desenvolver o seu projecto de vida.

De acordo com André e Abreu (2006, p.133), o microcrédito consiste na atribuição de uma “prestação de um tipo específico de serviço financeiro – a concessão de crédito” a pessoas mais carenciadas e excluídas que não têm direito a um crédito normal, podendo, segundo Wemans (2000) citado por André e Abreu (2006), ser utilizado tanto para um negócio como para consumo, no entanto, se utilizado para promover um negócio terá mais capacidade de resolução de situações de pobreza e exclusão.

Centeio (2008, p.51) considera que o microcrédito é um instrumento que promove o emprego de população social e economicamente excluída, embora afirme que a sua principal missão é a inclusão de pessoas através do apoio ao investimento. Desta forma, o autor preconiza que o microcrédito

[...] tal como é entendido pelas organizações que o promovem, [se] enquadra nos instrumentos de combate à pobreza e de combate à exclusão. Recentemente, graças à pressão que os números de desemprego crescente exerçam na sociedade, tem vindo a ser reforçada a ideia do microcrédito enquanto instrumento de combate ao desemprego. (Centeio, 2008, p.51)

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (2011a) define o microcrédito como um “[p]equeno empréstimo bancário destinado a apoiar pessoas que não têm acesso ao crédito bancário, mas querem desenvolver uma actividade económica por conta própria e, para isso, reúnem condições e capacidades pessoais, que antecipam o êxito da iniciativa que pretendem tomar”.

Segundo a ANDC (2006), os objectivos do microcrédito são as pessoas, sendo a criação de empresas um meio para a sua valorização. Também Alves (2006) considera que o microcrédito é uma forma de promoção do indivíduo.

1.3 Vantagens e dificuldades

De acordo com Araújo (2010, p.20), o microcrédito acarreta vantagens para os beneficiários e para a sociedade em geral, a saber:

1. O beneficiário pode utilizar o crédito de acordo com o seu critério;
2. O beneficiário recebe antes do investimento;
3. O beneficiário passa a usufruir de melhores condições de vida, nomeadamente em termos de saúde, educação e habitação;
4. Contribui para a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares superiores de consumo;
5. Aumenta o poder de compra;
6. A sociedade deixa de pagar os subsídios que os beneficiários destes casos recebiam;
7. Aumenta o número de contribuintes para o sistema fiscal e de Segurança Social;
8. Incrementa o número de pessoas que participam na criação de riqueza nacional;
9. Cria sinergias e alarga o mercado.

Em todo o caso, apesar de se salientarem principalmente as vantagens do microcrédito, Alves (2006) alerta-nos para alguns inconvenientes na sua utilização de forma eficiente, acrescentado que os portugueses, apesar de possuírem ambições e ideias de negócio, têm sentido dificuldades em descobrir os caminhos necessários para alcançarem os objectivos pretendidos.

1.4 O microcrédito em Portugal

Em Portugal, o microcrédito encontra-se num estado inicial de desenvolvimento, tendo surgido através da parceria entre três entidades, nomeadamente o Estado, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Associação Nacional de Direito ao Crédito e da instituição bancária Millennium BCP, desde 1999 (Mendes, 2007). Mais recentemente, as instituições bancárias Caixa Geral de Depósitos (CGD), desde finais de 2005, e o Banco Espírito Santo (BES), desde 2006, juntaram-se a esta parceria (ANDC)¹.

Ainda que não possua um banco dedicado apenas ao microcrédito, como o há Bangladesh, em Portugal existem instituições bancárias, referidas anteriormente, que se dedicam a esta vertente de crédito (Pires, 2009).

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)² impulsiona o desenvolvimento económico e social das pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão através do microcrédito, de forma a proporcionar-lhes condições económicas para criarem o seu próprio emprego e, consequentemente, fomentar a autonomia e inserção social destes cidadãos.

Segundo Araújo (2010), a ANDC segue a filosofia de Muhammad Yunus, embora Alves (2006) chame a atenção de que, em Portugal, o microcrédito apresenta algumas características que o diferenciam do modelo original deste economista.

Em Portugal, o microcrédito é apenas atribuído a pessoas que queiram criar o seu negócio, mas que não tenham acesso ao crédito normal (Pires, 2009). O papel da

¹ [Http://www.microcredito.com.pt/os_bancos.asp](http://www.microcredito.com.pt/os_bancos.asp)

² [Http://www.microcredito.com.pt/em_que_consiste_o_trabalho_da_andc.asp](http://www.microcredito.com.pt/em_que_consiste_o_trabalho_da_andc.asp)

ANDC passa, então, por avaliar o negócio que a pessoa quer criar, apoiar a preparação das candidaturas ao microcrédito e acompanhar os microempresários no desenvolvimento do negócio (Araújo, 2010).

A verdade é que, segundo Araújo (2010), a ANDC não dispõe ainda de todas as condições para “levar adiante” as ideias de negócio, por não poder assumir-se como entidade financiadora, uma vez que isso não lhe é permitido pelo Regulamento das Instituições Financeiras. Assim se justifica esta parceria entre as instituições bancárias, às quais cabe conceder os microcréditos aos negócios previamente aprovados pela ANDC. Todavia, a instituição bancária poderá ainda recusar a atribuição do empréstimo, caso considere existirem motivos que justifiquem que o proponente ou fiador não sejam suficientemente idóneos.

Pires (2009, p.81) conclui que o papel da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) se reveste de suma relevância na fase inicial do desenvolvimento do microcrédito, porque partilha os custos e os riscos próprios dos empréstimos; acrescenta que esta associação desempenha, igualmente, um papel fundamental na “eventual mudança de postura e de aceitação do negócio de microcrédito por parte da banca”.

2. Estatísticas do microcrédito em Portugal

De seguida, serão apresentadas as estatísticas referentes ao microcrédito em Portugal, nomeadamente no tocante ao volume de projectos creditados; ao valor global e médio dos créditos creditados; aos números de postos de trabalhos criados no momento da abertura da empresa; ao género dos microempresários; à distribuição

regional dos microempresários, por grupo etário, por habilitações literárias e por projectos por CAE (Classificação Portuguesa das Actividades Económicas).

2.1 Volume de projectos creditados

No gráfico 1, podemos verificar a crescente evolução dos projectos creditados desde de 1999 (ANDC, 2009).

De acordo com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC, 2011b), desde o início das suas actividades, foram creditados 1434 projectos no âmbito do microcrédito (gráfico 3). Segundo a mesma entidade (2011c), já neste ano de 2011 até ao mês de Fevereiro foram creditados 4 projectos apesar de já existirem 58 projectos aprovados pela associação, mas que aguardam a creditação pelas instituições bancárias.

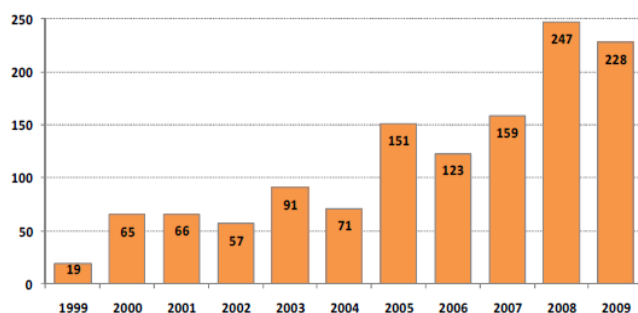


Gráfico 1 Volume de projectos creditados entre 2009 e 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

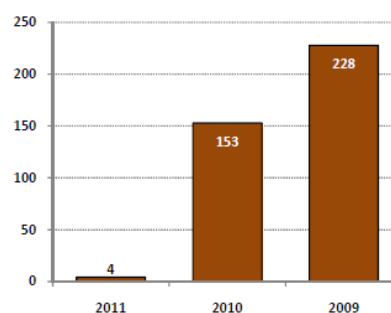


Gráfico 2 Volume de projectos creditados entre 1999 e 2009.

Fonte: ANDC (2009) – 10 anos de direito ao crédito.

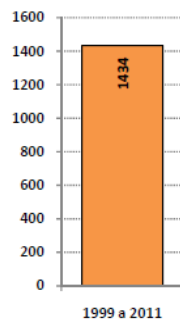


Gráfico 3 Volume de projectos creditados de 1999 a 2011.

Fonte: Adaptado de ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

2.2 Valor global e médio dos créditos creditados

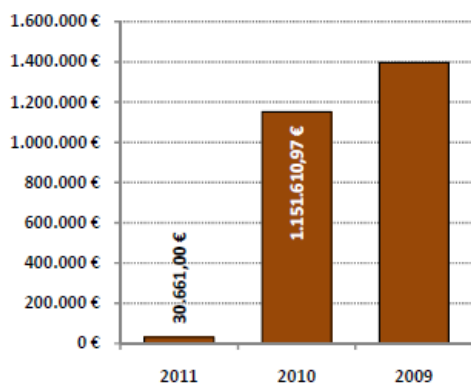


Gráfico 4 Valor global e médio dos créditos concedidos entre 2009 e 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

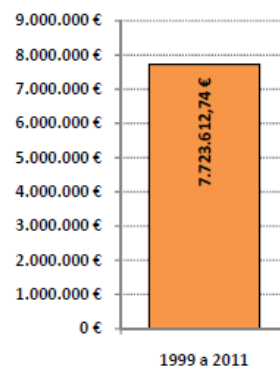


Gráfico 5 Valor global e médio dos créditos concedidos de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

Como podemos observar no gráfico 4, até Fevereiro de 2011, já foram creditados 30.661 euros e, entre 1999 e 2011, um total de 7.723.612,74 euros (gráfico 5) (ANDC, 2011b).

2.3 Número de postos de trabalho criados no momento da abertura da empresa

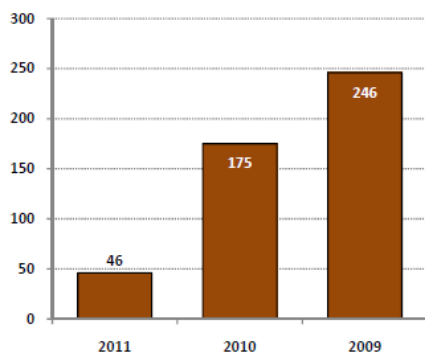


Gráfico 6 N° de postos de trabalho criados no momento da abertura da empresa de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

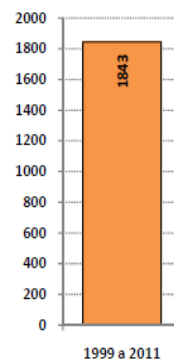


Gráfico 7 N° de postos de trabalho criados no momento da abertura da empresa de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

O gráfico 6 mostra-nos que, em 2010, foram viabilizados 175 postos de trabalhos e, até Fevereiro de 2011 (gráfico 7), ou seja, até ao momento de aprovação dos projectos em sede de Comissão de Crédito, foram viabilizados 1843 postos de trabalho (ANDC, 2011b).

2.4 Género dos microempresários

De acordo com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC, 2011b), entre 1999 e 2011, é possível observar uma diferença muito pouco significativa em termos de distribuição ao nível do género dos microempresários, 52,7% dos quais são mulheres e 47,3% são homens (gráfico 8).

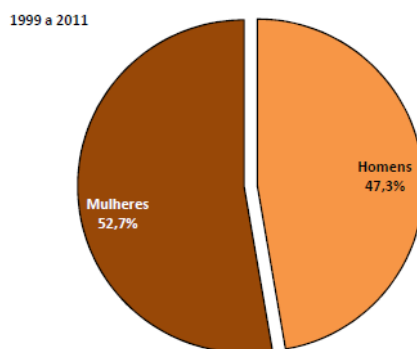


Gráfico 8 Género dos Microempresários de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

2.5 Distribuição regional dos microempresários

Através do gráfico 8, verificamos que a distribuição regional dos microempresários é bastante heterogénea. Entre o período de 1999 a 2011, a região de Lisboa conta com 38,6% de microempresários; na região Norte este número é de 24,1%, na região Centro, de 20,9%, na região do Alentejo, de 10,4%, e, na região do Algarve, de 6,0% (ANDC, 2011b).

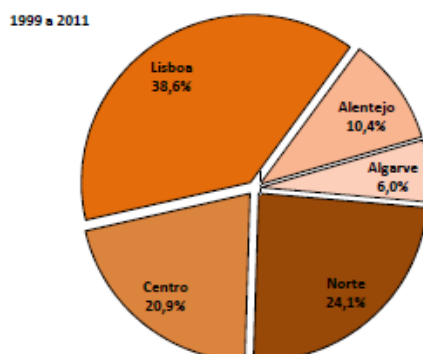


Gráfico 9 Distribuição regional dos microempresários de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

2.6 Distribuição por grupo etário

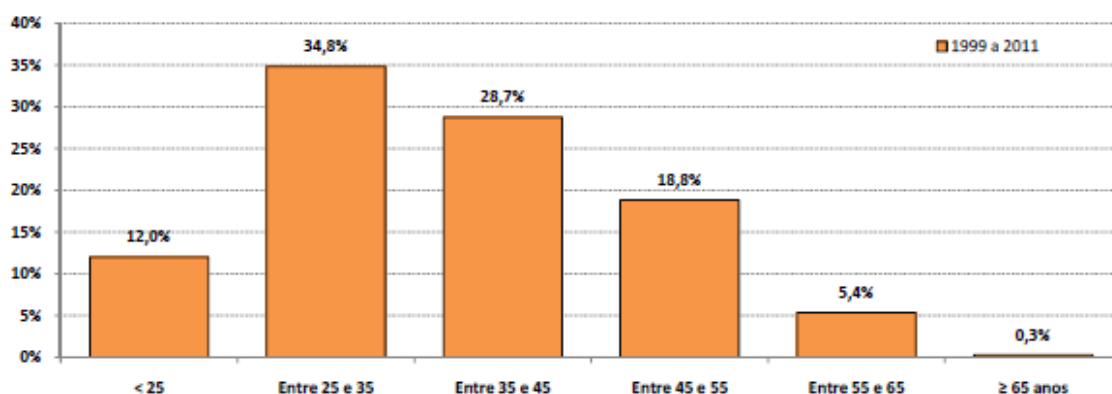


Gráfico 10 Distribuição dos microcréditos por grupo etário de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

Através da análise do gráfico 10, constatamos que existem diferenças em relação às idades dos indivíduos a quem lhes foi concedido o microcrédito. No período compreendido entre 1999 e 2011, o grupo etário com maior percentagem de microcrédito atribuído situa-se entre os 25 e os 35 anos, com 34,8%, seguido pelo grupo etário dos 35 aos 45 anos, com 28,7%. O grupo etário com menos microcrédito atribuído é o que corresponde à faixa igual ou superior a 65 anos, com apenas 0,3% (ANDC, 2011b).

2.7 Distribuição por habilitações literárias

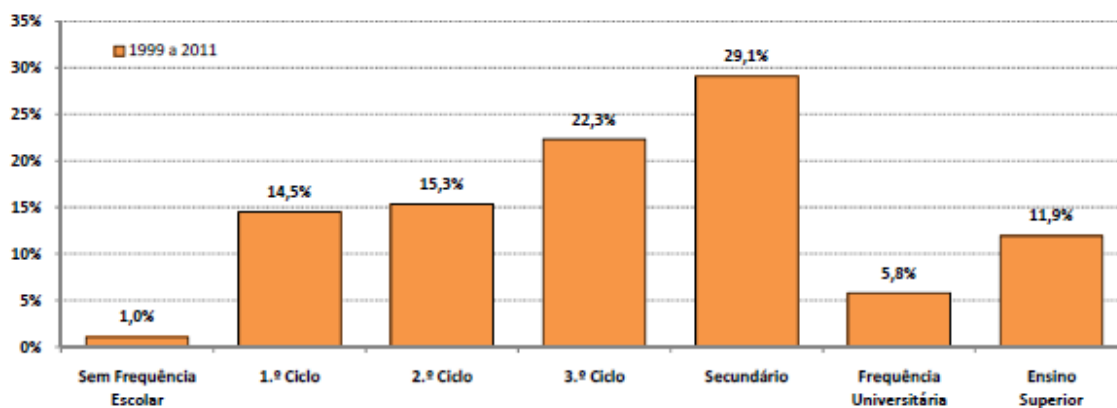


Gráfico 11 Distribuição dos microcréditos por habilitações literárias de 1999 a 2011.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

O gráfico 11 dá-nos a conhecer a distribuição dos microcréditos por habilitações literárias. Apuramos que a maior percentagem (29,1%) corresponde a microcréditos atribuídos a indivíduos que possuem o ensino secundário, seguida da dos que possuem o 3º ciclo do ensino básico (22,3%), depois o 2º e 1º ciclos (15,3% e 14,5%, respectivamente). Os indivíduos não escolarizados correspondem a apenas 1,0% dos microcréditos atribuídos (ANDC, 2011b).

2.8 Distribuição de projectos por CAE (Classificação Portuguesa das Actividades Económicas)

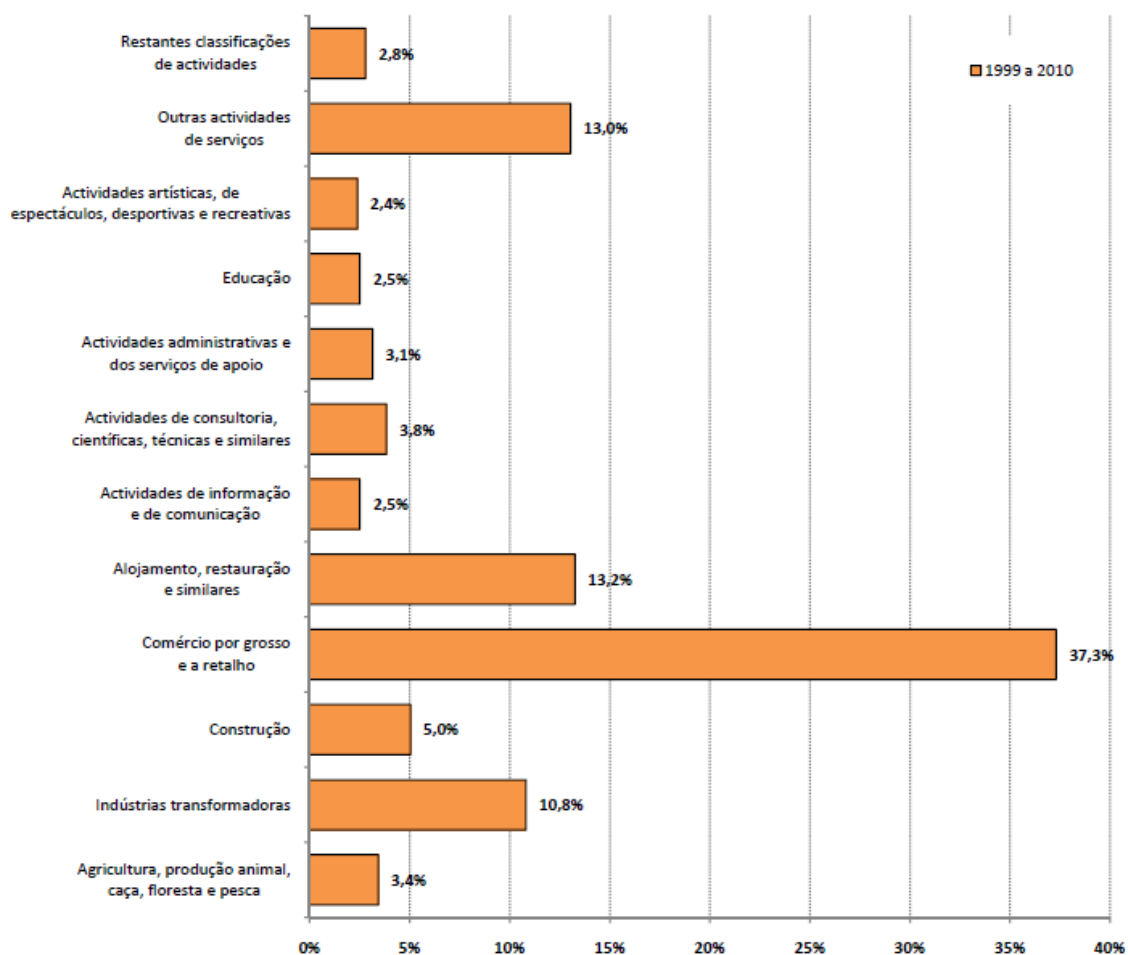


Gráfico 12 Distribuição de projectos por CAE, de 1999 a 2010.

Fonte: ANDC (2011b) – Estatísticas de Síntese, de 1999 a Fevereiro de 2011.

Apuramos, através da leitura do gráfico 12, que a actividade económica à qual foi concedido um maior número de microcréditos foi o comércio por grosso e a retalho (37,3%), que se faz evidenciar de forma bastante notória em comparação com as restantes actividades (ANDC, 2011b).

3. Questão e objectivos da presente investigação

A literatura consultada permitiu-nos conhecer melhor o microcrédito, enquanto conceito inovador, principalmente graças à preocupação socioeconómica, valendo, por isso, ao seu criador, Yunus, a dignidade cimeira de Nobel da Paz (2006). Como este economista salienta, não existem dois tipos de pessoas: as que perseguem o lucro e aquelas que cuidam por construir um futuro sustentável. Há, sim, um único tipo de pessoa, mas com interesses diferentes que, juntos, se impulsionam mutuamente e se consubstanciam num mundo mais justo ao nível das oportunidades que oferece aos sujeitos (Yunus, 2006, p.11), os quais, oriundos de contextos socioculturais desiguais, poderão, pelos seus próprios meios e com o apoio adequado, “vingar” no mercado de trabalho e, com isso, ascender por via do mérito e do empreendimento próprios.

As estatísticas observadas permitiram-nos, por outro lado, perceber mais profundamente a forma como o microcrédito se encontra distribuído, o volume de capital investido, entre outros dados relevantes para analisar um momento em que este tipo de investimento ainda se encontra próximo de uma fase não de incubação, mas quase experimental, aguardando-nos, ainda, um longo caminho a desbravar em direcção a podermos extrair o melhor desta criação de Yunus, em favor do incremento da Economia Portuguesa, especialmente neste período conturbado pela crise económica.

Na verdade, se as vantagens inerentes ao conceito de microcrédito se manifestam evidentes, algumas desvantagens poderão ser apontadas à forma como este é gerido e administrado por cada país. Portugal precisa, nesse sentido, de repensar as suas estratégias, em concerto com aquilo que são os imperativos financeiros das suas

instituições bancárias, de modo a despertar e a fazer florescer nos cidadãos desempregados, excluídos ou em risco de exclusão social, trabalhadores precários, entre outros, as suas capacidades intrínsecas e por explorar. Desta forma, não só beneficiamos essas pessoas a quem lhes são concedidas oportunidades de se auto-construírem profissionalmente, com isso, fortalecendo o Estado Social, como a restante comunidade, que, além de ter à sua disposição mais bens e serviços nacionais, vê a economia em crescimento.

Por todas estas razões, ao escolher o tema da presente investigação, decidi, através de um estudo empírico levado a cabo durante esta jornada, inquirir, eu mesmo, alguns desses microempresários, dando-lhes a oportunidade de partilharem comigo alguns aspectos concretos da sua situação actual, ao mesmo tempo em que eles próprios, generosamente prestarem o seu contributo, não só colaboraram com esta investigação, como porventura, proporcionam reflexões futuras acerca desta realidade relativamente recente que é o estímulo da criação do próprio emprego através do microcrédito.

A questão que, inicialmente, me estimulou a enveredar por este empreendimento (o qual era meu intuito que fosse ainda mais ambicioso mas que, por questões de tempo, se cingiu a uma amostra mais reduzida do que o inicialmente previsto) corresponde a procurar desvendar, a partir dos inquiridos, se o microcrédito, em Portugal, já se apresenta (ou não) enquanto uma solução contra os efeitos do desemprego (actualmente, considerado um flagelo nacional).

Após a apresentação e análise dos dados, estaremos, decerto, mais preparados para considerar se o microcrédito constitui, afinal, uma ferramenta de sucesso na criação de emprego e, conseqüentemente, uma crescente mais-valia para a Economia do nosso

país, embora alguns obstáculos a ultrapassar, ainda sentidos por muitos portugueses que a este acedem.

Não constitui o meu objectivo, com o presente estudo, apresentar dados inéditos, nem, através da sua análise e ponderação, encontrar um remédio rápido e instantâneo para os impedimentos que ainda se impõem a quem logra recorrer ao microcrédito, tão-pouco partir de uma amostra, embora suficiente para este estudo, relativamente reduzida para tal projecto, verdadeiramente ambicioso. Também não é meu intuito reflectir, ao nível macro, sobre os efeitos deste tipo de incentivo para a Economia. Pelo contrário, espero, com este trabalho, concentrar-me em realidades mais individuais, ao nível micro, porque é precisamente este o nível de cada um de nós que compomos a engrenagem económica, focando a minha atenção em alguns pormenores que caracterizam os microempresários inquiridos, os seus negócios e a forma como estes vêm contribuindo para aquilo que era, certamente, o seu objectivo central: encontrar uma estabilidade socioeconómica e um patamar a partir do qual possam prosperar. São estas pequenas realidades, as de cada um, que nos possibilitam pensar, com mais sobriedade e precisão, naquelas que são questões sociais e económicas maiores que nos tocam a todos, enquanto parte de uma comunidade. Assim, e só assim, poderemos almejar abrir o nosso espírito para nos debruçarmos sobre projectos mais amplos e significativos, ponderando, então, números mais abrangentes e indicativos do estado, aos níveis macro, da Economia e do desemprego em Portugal.

4. Metodologia

Após o levantamento da questão de investigação e da fundamentação teórica consistente com as expectativas previamente traçadas, uma das etapas fundamentais de um trabalho científico é a sua estruturação metodológica, de modo a orientar o investigador numa pesquisa sistemática dos dados que tenciona apurar e examinar (Cervo & Bervian, 1978, p.18).

A primeira etapa da minha investigação correspondeu à fase exploratória, que me permitiu, de entre várias possibilidades, escolher o presente tema que, pela sua manifesta importância, carece de um maior volume de análise científica, capaz de explorar as suas diversas realizações e de abarcar diferentes aspectos, sob múltiplas perspectivas.

Numa segunda etapa, realizei uma investigação quantitativa, de tipo descritivo, para verificar parâmetros existentes e já conhecidos (e.g. através dos estudos realizados pela ANDC), visando, por meio de entrevistas, levantar, tratar, descrever e comentar os dados apurados. Estes dados permitir-nos-ão não só estabelecer uma comparação crítica entre as informações estatísticas fornecidas pela Associação Nacional de Direito ao Crédito, já observadas, como também motivar outras reflexões mais profundas que, porventura, corroborarão a minha questão inicial de investigação, em que assumo que o microcrédito acarreta efeitos concretos para o emprego e, por conseguinte, para a Economia Portuguesa.

As entrevistas estruturadas (cujo guião se apresenta em anexo), compostas por 27 questões fechadas e uma questão aberta, foram realizadas por via telefónica e

abrangeram uma amostra de 60 microempresários que operam na zona da Grande Lisboa.

A listagem através da qual pude seleccionar a amostra em análise foi-me facultada pelo Sr. Dr. José Centeio, presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito, que boamente se prestou a cooperar com esta investigação. Esta listagem continha cerca de 200 contactos de microempresários. Porém, em virtude de o tempo de que dispus se haver revelado escasso para uma pesquisa deveras ambiciosa, reduzi a minha amostra ao número de 60 microempresários, como já referi.

A escolha da realização das entrevistas via telefone prendeu-se com duas razões. A primeira passou pela dificuldade em visitar, pessoalmente, todas estas pessoas, tendo em conta o tempo de que dispus. A segunda razão envolve a disponibilidade de estas pessoas poderem despende o tempo necessário para um encontro pessoal. Em todo o caso, considero que este tipo de contacto trouxe algumas vantagens para ambas as partes, entrevistador e entrevistado, uma vez que, ao telefone, grande parte das pessoas se sente mais à vontade para responder a perguntas que, embora não se afigurem de carácter pessoal, envolvem informações consideradas, por estas, de foro privado, tais como o valor do vencimento mensal líquido.

O guião das entrevistas foi concebido de modo a abordar diversos subtemas, a saber: identificação da actividade; acompanhamento e formação; financiamento; colaboradores; análise ao microcrédito; análise demográfica e vencimento. Cada uma destas secções engloba, como oportunamente veremos, perguntas directamente relacionadas com as características das microempresas e com os microempresários, enfatizando, sobretudo, a sua experiência com o microcrédito. A questão aberta, à qual

poucos desejaram responder, teve como objectivo indagar algumas sugestões que, a ver destes microempresários, pudessem incutir melhorias ao microcrédito.

O período da realização das entrevistas telefónicas decorreu durante o mês de Abril de 2011.

Resta-me acrescentar que o guião das entrevistas por mim composto foi previamente verificado por especialistas, a saber, a orientadora da presente tese, a Sra. Professora Doutora Paula Albuquerque, o Professor de Marketing Júlio Mendes e, uma vez mais em colaboração com este meu projecto, o Presidente da ANDC, o Sr. Dr. José Centeio.

Iremos observar, a seguir, os resultados destas entrevistas telefónicas, reflectindo criticamente sobre estes dados obtidos, o que nos propiciará delinear, mais à frente, um perfil médio do microempresário português da zona da Grande Lisboa, de entre a amostra recolhida e examinada. No final, faremos uma incursão crítica, focando a atenção nos efeitos do microcrédito para a economia do nosso país, tendo presentes os resultados empíricos deste trabalho.

5. Resultados dos questionários

O conhecimento, contínua e cumulativamente desenvolvido, e os frutos profícuos das experiências conduzidas nestes últimos 10 anos justificam que o principal intuito do questionário, cujos resultados aqui se apresentam, é contribuir para o estudo do microcrédito, enquanto medida inovadora e em expansão no mercado de trabalho

português. Oportunamente, veremos se os dados apurados contribuirão para nos levar a concluir se o microcrédito se assume ou não como um impulso valioso para o emprego em Portugal, tendo em conta o seu efeito na Economia Portuguesa.

5.1. Identificação da(s) Actividade(s)

Nesta primeira secção do questionário ao qual 60 microempresários responderam via telefone, são apresentadas quatro questões, a saber: (1) qual o sector da sua actividade; (2) há quanto tempo recorreu ao microcrédito; (3) qual era a sua situação profissional antes de recorrer ao microcrédito e, (4) além desta actividade financiada pelo microcrédito, exerce mais alguma?

Questionados quanto ao sector em que exercem a sua actividade, a grande maioria dos inquiridos, 47 microempresários ou 78,33% do universo em análise, respondeu sector secundário, seguidos por 18% que se dedicam ao sector terciário e apenas 4% ao sector primário, como podemos verificar no gráfico 13 que, em seguida, se enuncia.

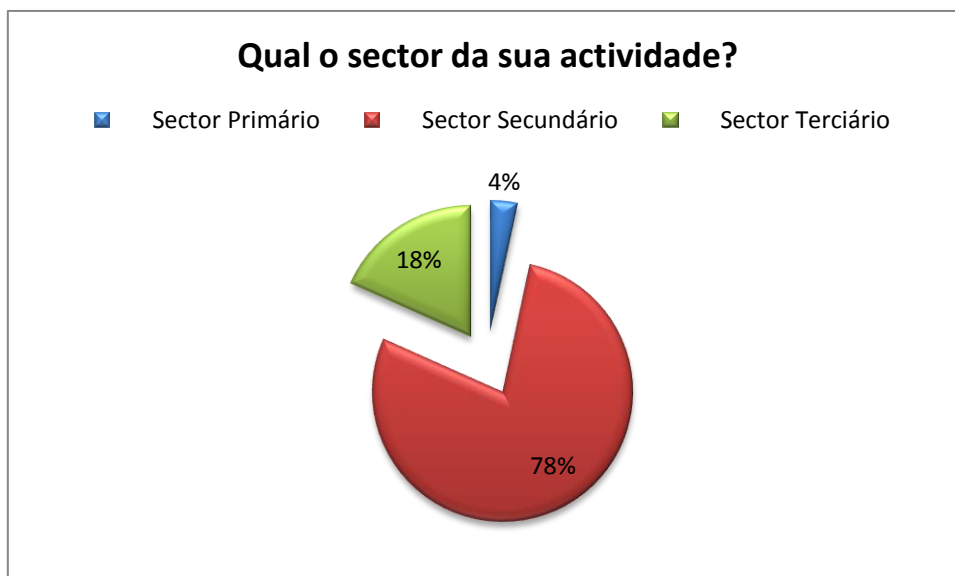


Gráfico 23 – Distribuição das actividades por sector

Os dados apurados acabam por contrastar com as estatísticas apresentadas pela ANDC para o período entre 1999 e 2010 (ANDC, 2011b), as quais apontam para uma maioria significativa de microempresários que se dedica a actividades de comércio por grosso e a retalho (37,3%).

Quanto à segunda questão, designadamente: “Há quanto tempo recorreu ao microcrédito?”, o gráfico 14, abaixo, mostra-nos que apenas uma ínfima minoria, 2%, recorreu a este tipo de crédito há mais de cinco anos. A maioria (55%) dos microempresários goza deste benefício recentemente (entre 1 a 2 anos), seguidos por 23% que recorreram ao microcrédito há menos de um ano.

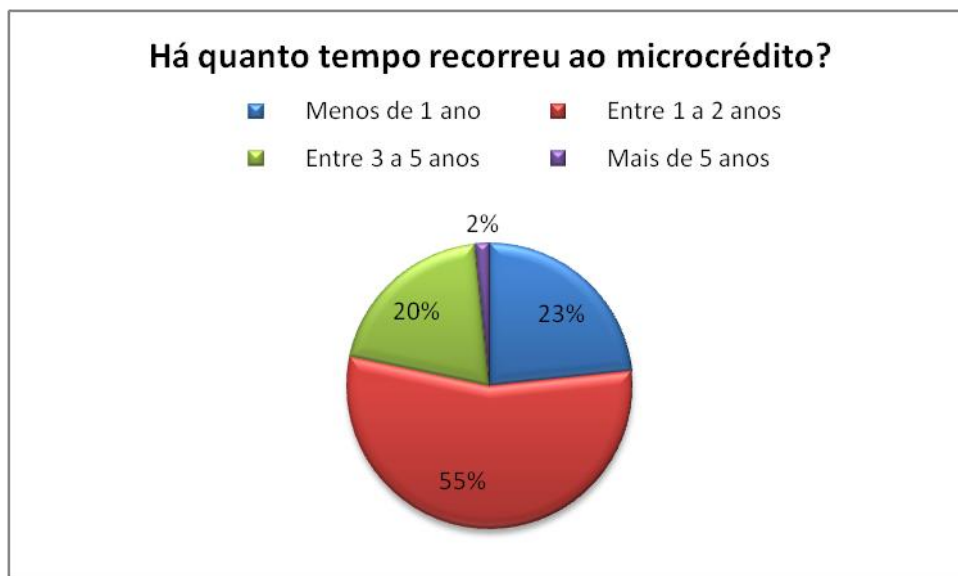


Gráfico 14 – Distribuição por tempo desde o qual houve recurso ao microcrédito

A terceira questão, nomeadamente, “Qual era a sua situação profissional antes de recorrer ao microcrédito?”, mostra-nos que a maioria dos microempresários entrevistados se encontrava desempregada, ou seja 47% do universo, um número que, todavia, não se afasta demasiado daquele representativo dos indivíduos que, antes de recorrerem ao microcrédito, se encontravam numa situação laboral por conta de outrem, a saber, 33%. Dos restantes entrevistados, 10% afirmaram trabalhar, dantes, por conta própria. Uma pequena minoria, 3%, corresponde a pessoas que já estavam reformadas, ao passo que 7% referiram “outra situação”, como o ilustra o gráfico 15, na página seguinte.



Gráfico 15 – Situação profissional antes do recurso ao microcrédito

A quarta e última pergunta desta secção visou indagar os inquiridos a respeito da possibilidade de exercerem outras actividades, para lá da sua dedicação às suas microempresas: “Além desta actividade financiada pelo microcrédito, exerce mais alguma?”. O gráfico 16, a seguir, revela-nos que a grande maioria, 85%, dos microempresários se dedica exclusivamente à prática financiada pelo microcrédito. Ainda assim, 15% ou 9 dos sujeitos inquiridos afirmaram exercer, além desta, outra(s) actividade(s).

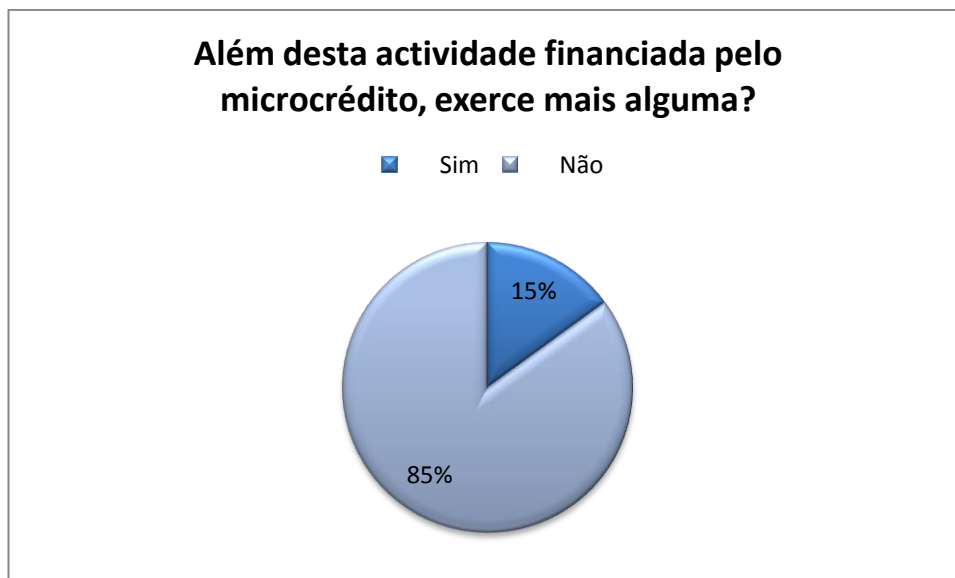


Gráfico 16 – Outras actividades exercidas, além daquelas financiadas pelo microcrédito

5.2. Acompanhamento e Formação

Nesta segunda secção, aos 60 microempresários, objecto da nossa pesquisa, foram apresentadas as seguintes três questões: (1) durante este projecto financiado pelo microcrédito, teve algum acompanhamento ao nível profissional; (2) acompanhamento a nível de formação e (3) como classifica o acompanhamento que lhe foi prestado pela ANDC?

Como podemos constatar no gráfico 17, abaixo, as respostas à primeira questão revelam que apenas uma minoria de 8%, contra os restantes 92%, asseverou não ter usufruído de qualquer acompanhamento ao nível profissional.



Gráfico 17 – Acompanhamento ao nível profissional durante o projecto financiado

No tocante ao acompanhamento a nível de formação, os resultados são muito semelhantes aos que encontramos na questão anterior, em que a maioria dos microempresários, 93%, contou com este benefício, em contraste com 7% que não usufruíram de qualquer formação durante o projecto financiado pelo microcrédito, como podemos verificar no gráfico seguinte:



Gráfico 18 – Formação durante o projecto financiado

Indagados relativamente à forma como avaliam o acompanhamento que lhes foi prestado pela Associação Nacional de Direito ao Crédito, as respostas dos microempresários, divididas entre as classificações insuficiente, suficiente, bom e muito bom, encontram-se bastante distribuídas ao nível das classificações atribuídas, propendendo, porém, a maioria dos microempresários para uma apreciação de “bom” e “muito bom”. Tal como nos mostra o gráfico 19, a maioria dos microempresários, 43%, considera este acompanhamento bom, seguidos de 27% que o classificam muito bom. Próxima desta última percentagem, para 23%, este acompanhamento está ao nível de suficiente e uma minoria, 7%, revê-o insuficiente. Em todo o caso, estes números apontam para um resultado bastante positivo no que concerne o desempenho desta associação no acompanhamento, na opinião dos microempresários entrevistados.

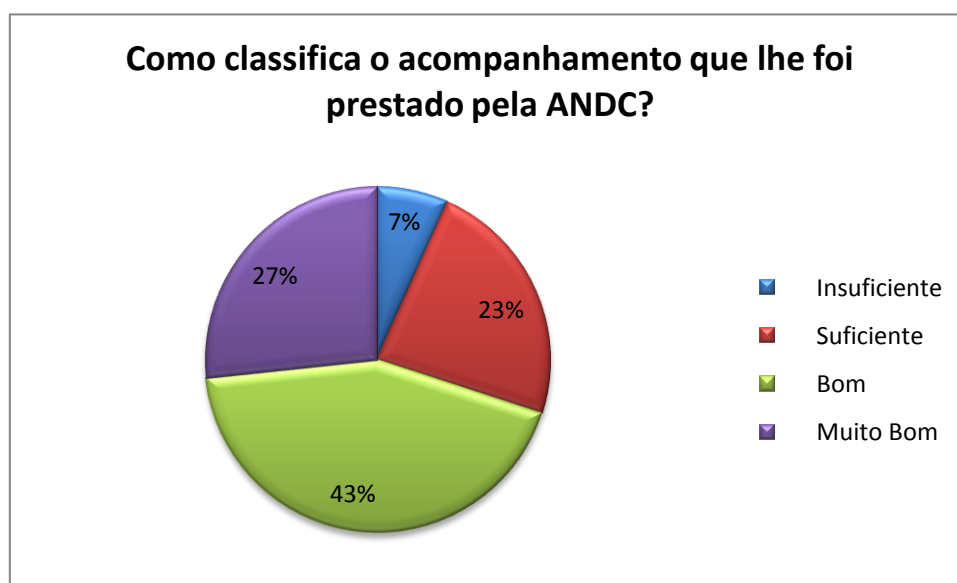


Gráfico 19 – Avaliação do acompanhamento prestado pela ANDC

5.3. Financiamento

Na secção “financiamento”, os microempresários entrevistados foram convidados a responder às seguintes cinco questões, a saber: (1) qual o montante que lhe foi emprestado; (2) o montante foi suficiente para arrancar com o negócio; (3) qual o prazo de reembolso do empréstimo; (4) o empréstimo já foi totalmente reembolsado e (5) sentiu dificuldades de reembolso?

Relativamente à primeira questão – “Qual o montante que lhe foi emprestado” –, verificamos, no gráfico 20, a seguir, que uma grande maioria obteve empréstimos de valor superior a 2500 euros. Uma ínfima minoria, 5%, obteve empréstimos cujo montante não excedeu os 2500 euros. Dos microempresários em estudo, 12% conseguiram um financiamento de valor superior a 7500 euros; 40% beneficiaram de montantes entre 2501 e 5000 euros; muito próxima desta percentagem, a maioria dos microempresários, 43%, pôde usufruir de montantes situados no intervalo entre os 5001 e os 7500 euros.

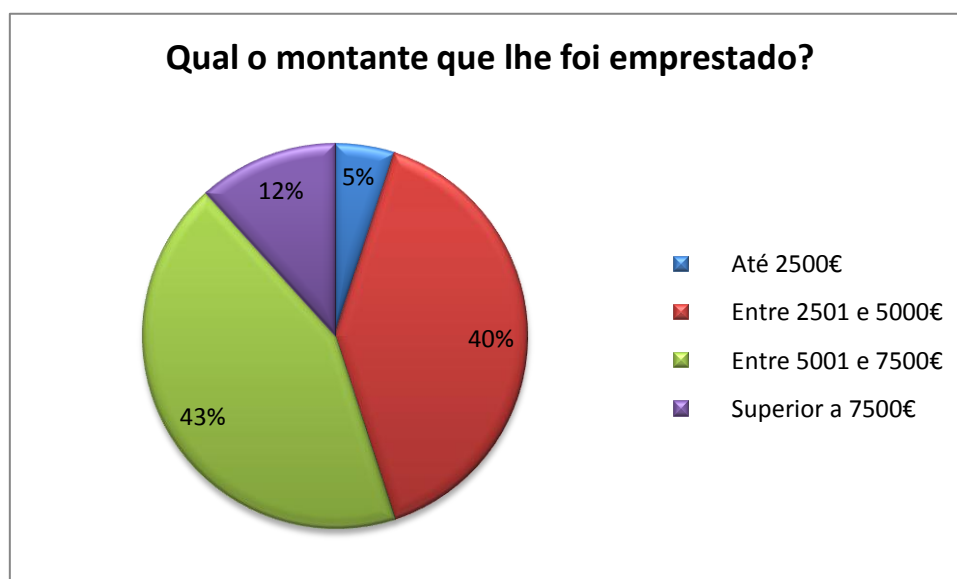


Gráfico 30 – Montante do empréstimo

Confrontados com a questão “O montante foi suficiente para arrancar com o negócio?”, a maioria dos microempresários, 77%, revê este valor satisfatório para poder criar a sua microempresa, ao passo que 23% (um número, ainda assim, considerável) o consideram insuficiente, como nos elucida o gráfico 21:

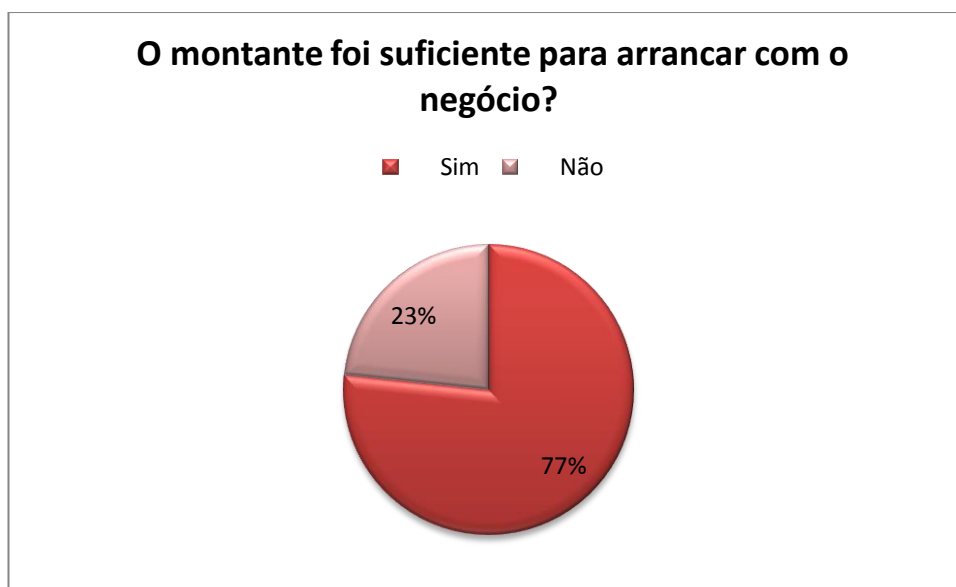


Gráfico 21 – Carácter de suficiência do montante emprestado para criar o negócio

Quanto ao prazo de reembolso do empréstimo, à grande maioria dos microempresários, 80%, foi atribuído um prazo de entre 3 a 5 anos. A seguir, temos 13% cujo prazo se cinge a menos de 3 anos. Apenas 7% dos inquiridos gozaram de um prazo mais alargado, nomeadamente de 6 a 10 anos. Nenhum dos inquiridos conta com um prazo de reembolso superior a 10 anos (0%), como o ilustra o gráfico 21, na página seguinte:

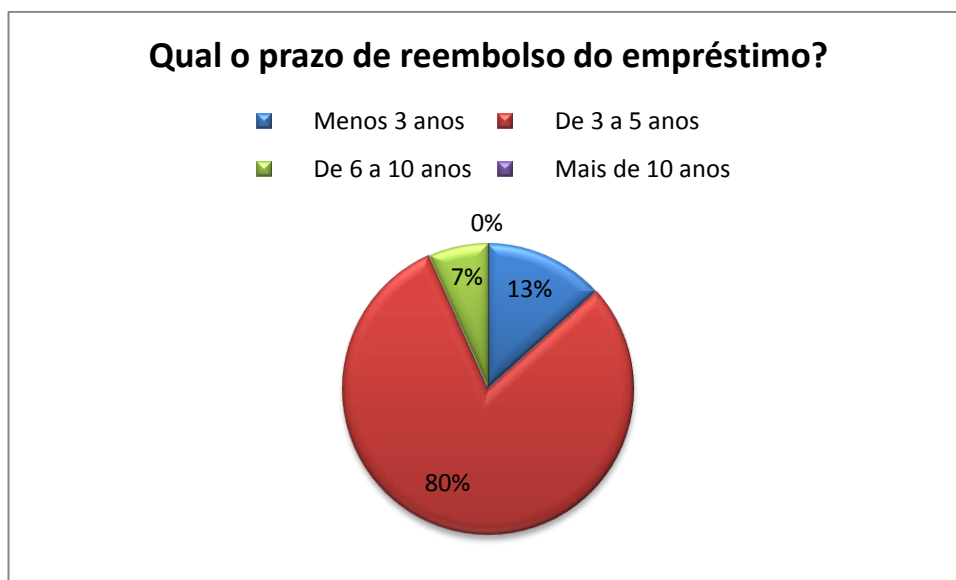


Gráfico 21 – Prazo de reembolso do empréstimo

No tocante ao reembolso do empréstimo, 20% dos microempresários questionados afirmaram já haver procedido ao reembolso. A maioria, 80%, ainda se encontra a reembolsar este empréstimo:

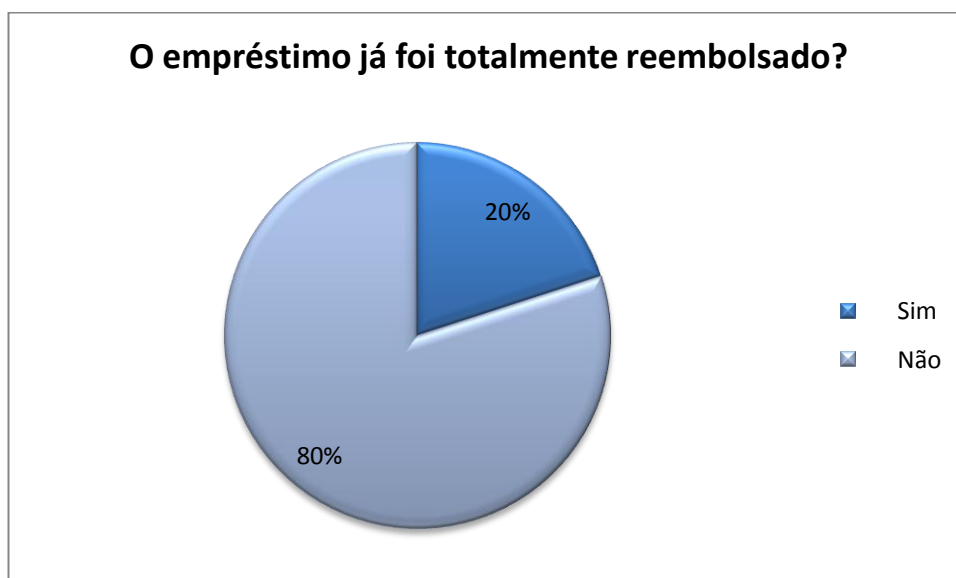


Gráfico 22 – Reembolso do empréstimo

No que respeita a dificuldades de reembolso do empréstimo – a última questão desta secção –, o gráfico seguinte mostra-nos que a maioria dos microempresários, 61%, sentiu ou tem sentido alguma dificuldade em reembolsá-lo; 22% afirmaram “pouca dificuldade” e a minoria de 17%, mesmo assim próxima da percentagem anterior, asseverou “muita dificuldade”.



Gráfico 23 – Dificuldade de reembolso do empréstimo

5.4. Colaboradores

Na presente secção, os 60 microempresários entrevistados responderam a duas questões, nomeadamente: (1) quantos trabalhadores tem o seu negócio contando consigo e (2) já fez algum despedimento?

Das microempresas cujos empresários foram inquiridos, a maioria, 58%, conta apenas com um colaborador, seguida de 33% que apresentam dois colaboradores. Uma

minoria, 2%, emprega três colaboradores e, com um valor reduzido embora superior ao anterior, 7% das microempresas tem quatro ou mais colaboradores, como é possível verificar no gráfico 24:



Gráfico 24 – Número de colaboradores da microempresa

Quanto a despedimentos, a grande maioria dos microempresários, 97%, ainda não procedeu a despedimentos, contra uma minoria de 3% que afirmaram já o haver feito, como o ilustra o gráfico 25:



Gráfico 25 – Despedimentos

5.5. Análise ao Microcrédito

Nesta antepenúltima secção, iremos observar as opiniões dos 60 microempresários inquiridos no tocante à sua análise pessoal ao microcrédito, através de sete questões, seis das quais fechadas, a saber: (1) considera o microcrédito um processo demorado; (2) sentiu dificuldade em aceder ao microcrédito; (3) se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao microcrédito, acha que estaria desempregado(a); (4) tendo em conta a sua experiência, considera o microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego; (5) microcrédito melhorou a sua vida e a do seu agregado familiar e (6), hoje, voltaria a recorrer ao microcrédito? – e uma questão aberta, nomeadamente (7) tem alguma sugestão para o melhoramento do microcrédito? –, à qual nem todos quiseram prestar, com as suas sugestões, o seu contributo.

Relativamente a considerarem o acesso ao microcrédito um processo demorado, a maioria, 68%, dos microempresários reviu-o “pouco demorado”; 25% dos inquiridos encaram-no como razoável e uma minoria, 7%, concluiu que este é um processo bastante demorado, como é passível de constatar no gráfico que, em seguida, se enuncia:

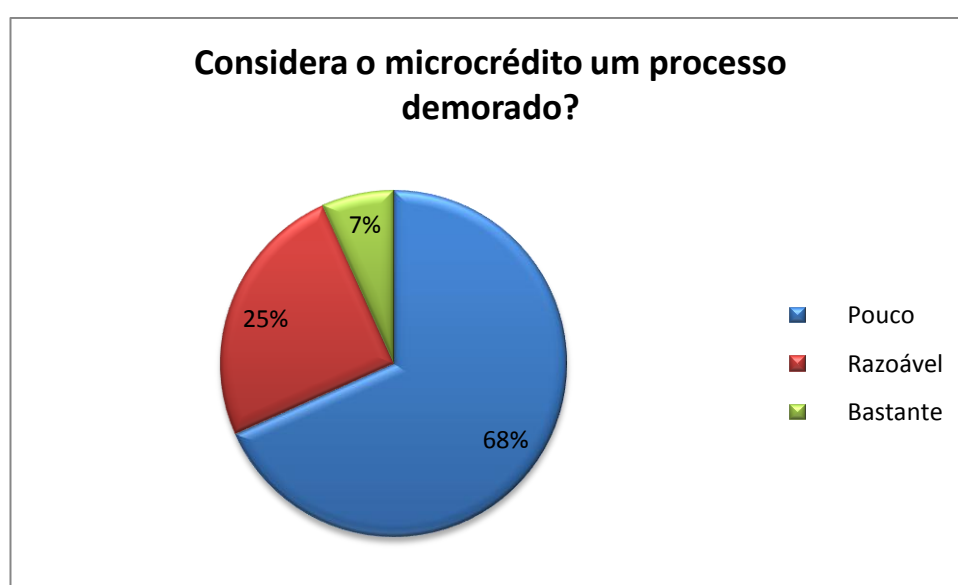


Gráfico 26 – Carácter de demora do processo do microcrédito

No que respeita as dificuldades sentidas no acesso ao microcrédito, apenas 1% dos microempresários entrevistados afirmou haver experimentado “muita dificuldade” neste acesso; 22% experienciaram “alguma dificuldade” e a maioria, 77%, sentiu “pouca dificuldade” em aceder ao financiamento, como nos elucida o gráfico 27, abaixo:

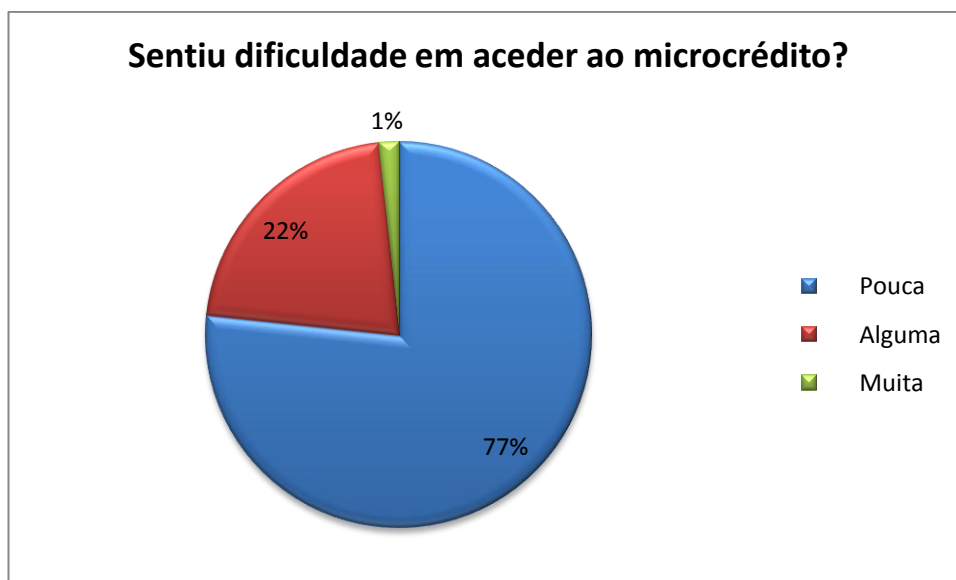


Gráfico 27 – Dificuldades de acesso ao microcrédito

Quanto à sua situação laboral, no caso de não haverem logrado obter o microcrédito, uma minoria dos inquiridos, 17%, revela-se optimista, crendo que isso não representaria, para eles, uma possível situação de desemprego. Já 36% dos microempresários acreditam que essa circunstância coincidiria com uma possível situação de desemprego. Mais relutante está a maioria dos microempresários, 47%, que não descarta a hipótese de que, sem o microcrédito, estaria, porventura, desempregada, como nos é oportuno verificar no gráfico 28, na página seguinte:

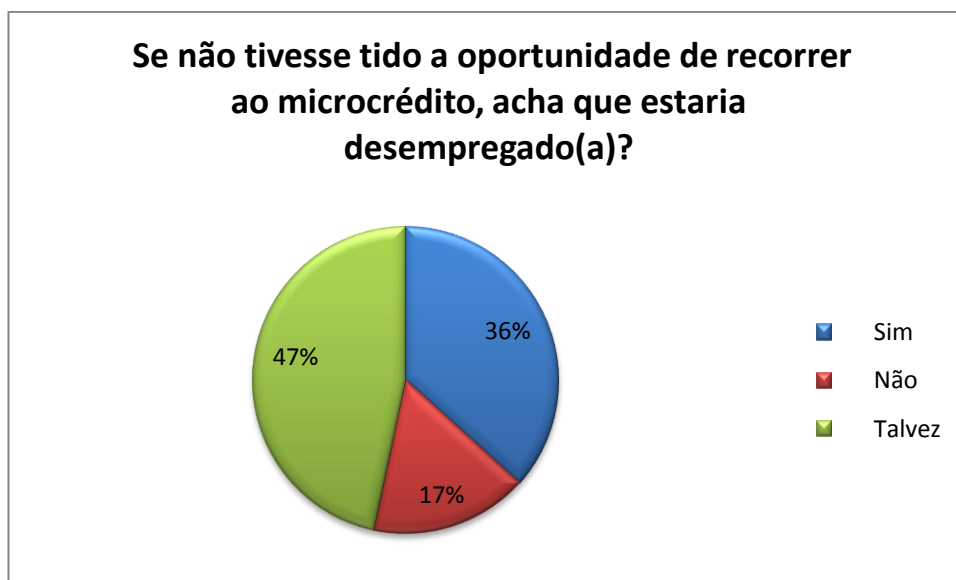


Gráfico 28 – Previsão da situação laboral sem o microcrédito

Questionados a propósito do objectivo cimeiro da nossa investigação, designadamente, se o microcrédito pode ser considerado uma ferramenta de sucesso para o emprego, tendo em consideração a sua experiência, a maioria dos microempresários, 60%, considera-o um instrumento de sucesso. Em todo o caso, ainda existe um número considerável, 38%, que apenas vê o microcrédito enquanto uma ferramenta razoável. Já uma minoria de 2% o revê como um mecanismo de pouco sucesso, como podemos constatar no gráfico seguinte:

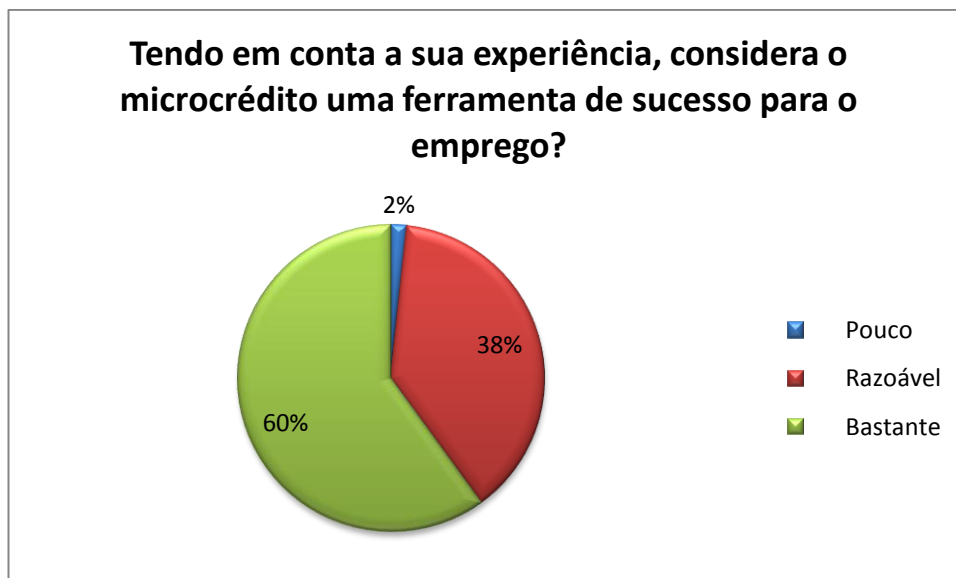


Gráfico 29 – Carácter de sucesso do microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego

No tocante à possibilidade de melhoria da vida dos microempresários e dos seus agregados familiares, o gráfico seguinte mostra-nos que a maioria ou 52% dos inquiridos acharam que esta oportunidade veio melhorar razoavelmente a sua vida e a do seu agregado. Os restantes inquiridos dividem-se entre 23%, que afirmaram que o microcrédito melhorou bastante a sua vida e a do seu agregado familiar, e, muito próxima desta percentagem, 25% dos microempresários reconheceram que a obtenção deste crédito melhorou pouco as suas condições anteriores de vida.



Gráfico 40 – Melhorias na vida dos microempresários e agregados familiares proporcionadas pelo microcrédito

Tendo-lhes sido proposta a questão “Hoje, voltaria a recorrer ao microcrédito?”, 60% dos microempresários, a maioria, reconhecem que sim, seguida de 33% que, sem certezas, responderam “talvez”. Uma minoria de 7% asseverou que, se fosse hoje tomar essa decisão, não voltaria a recorrer a microcrédito, como nos esclarece o gráfico 31:

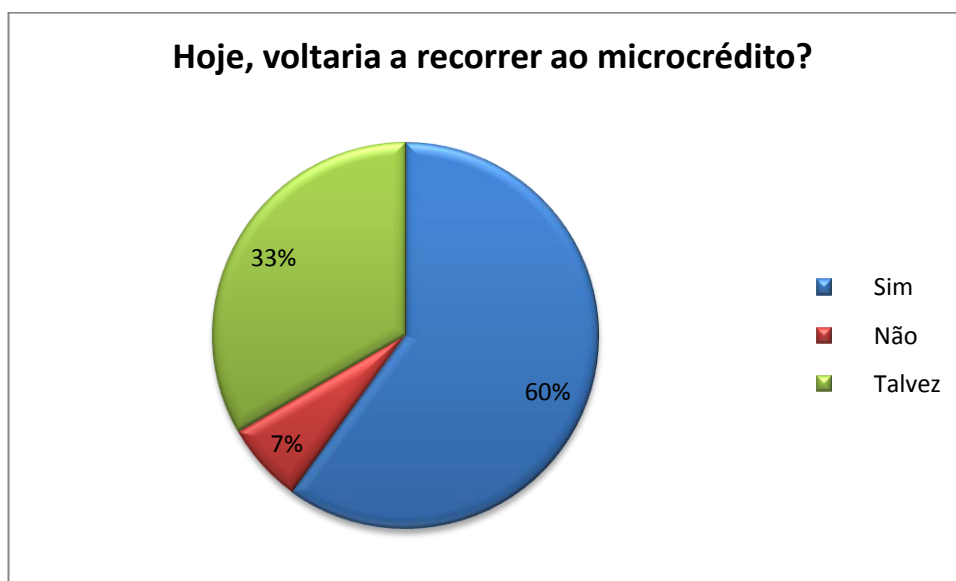


Gráfico 31 – Hoje, voltaria a recorrer ao microcrédito?

À última questão, aberta, nem todos quiseram apresentar as suas sugestões pessoais passíveis de incutirem melhorias ao microcrédito. Como nos ilustra o gráfico 32, apenas 20% do universo se dispôs a partilhar algumas ideias:



Gráfico 32 – Predisposição dos microempresários para partilharem sugestões de melhoramento do microcrédito

Na verdade, 12 dos 60 microempresários inquiridos apresentaram algumas sugestões que, a seguir, transcrevo:

- Acelerar o processo de atribuição de créditos;
- Divulgar mais o microcrédito;
- Alterar o sistema burocrático feito pelas entidades bancárias;
- Prazos de reembolso mais alargados;
- Mais clareza na informação prestada pela ANDC;
- Aumento do prazo de carência;
- Mais acompanhamento profissional;
- Formação nas devidas actividades por parte de especialistas em cada área;

- Ter um acordo entre os microempresários, para que uns utilizem os serviços dos outros;
- Serem mais exigentes com os microempresários, de forma a saberem realmente se a pessoa tem aptidões para desempenhar a função;
- Aumento do capital do empréstimo;
- Mais apoio por parte das entidades bancárias (mais proximidade).

Todas estas questões, se ponderadas devida e contextualizadamente, nos dão que pensar, pelo que, mais à frente neste trabalho, revisitaremos algumas delas, procurando extrair, a partir destes contributos reais, informações relevantes que nos auxiliem a repensar o microcrédito, de modo a que este possa responder ainda melhor às expectativas dos seus utilizadores e de todos os que ponderam vir a recorrer a esta ferramenta com vista a atribuir oportunidades de criação do próprio emprego.

5.5. Análise demográfica

Nesta penúltima secção do questionário desenvolvido e aplicado à amostra – vale a pena recordar: 60 microempresários operando na zona da Grande Lisboa –, procedi a uma análise demográfica, indagando, nomeadamente (1) o género; (2) a idade; (3) o estado civil; (4) o número de pessoas que compõem o agregado familiar do microempresário e (5) as habilitações literárias deste.

As respostas à primeira questão vêm corroborar os dados já apresentados no estudo levado a cabo pela ANDC (2011b). Na verdade, a maioria dos microempresários corresponde, de facto, ao género feminino, com 57%, contra os 43% pertencentes ao género masculino – uma diferença não muito significativa mas que, mesmo assim, coincide, aproximadamente, com os resultados do mencionado estudo, bem mais abrangente do que o que aqui apresento.

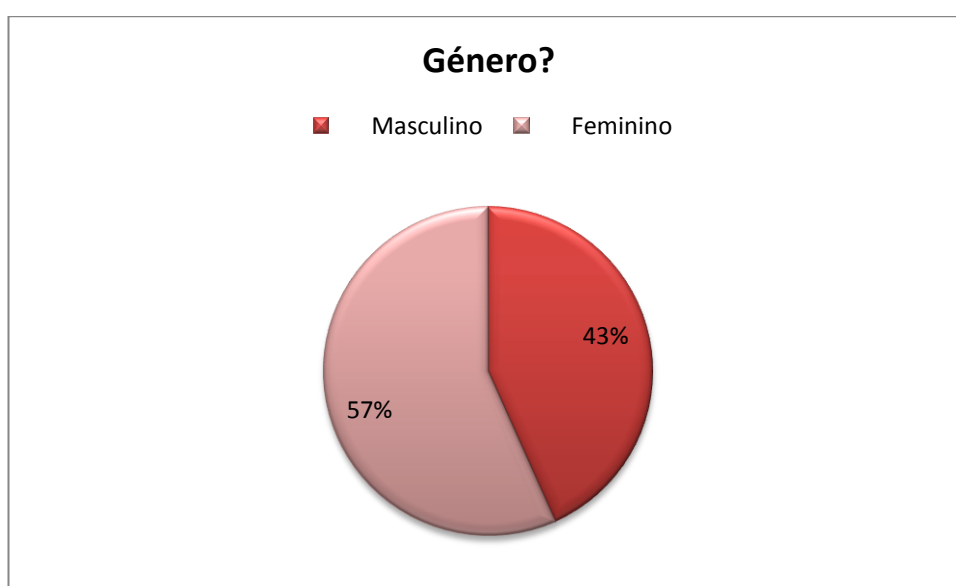


Gráfico 33 – Género dos microempresários

Quanto à idade, 85% dos microempresários situam-se na faixa etária entre os 26 e os 50 anos, seguidos de apenas 12% que têm entre 51 e 65 anos. Dos inquiridos, 3% possuem menos de 25 anos de idade; nenhum deles conta mais de 65 anos de idade (0%).

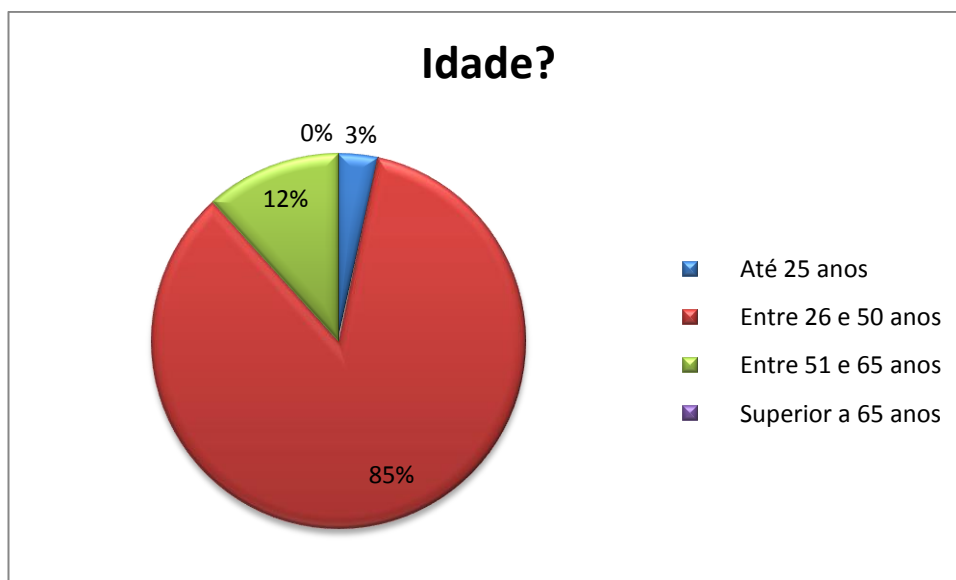


Gráfico 34 – Idade dos microempresários

No que concerne ao estado civil, a maioria dos microempresários, 38%, é solteira. Partilhando as exactas percentagens, 25% dos restantes inquiridos são casados e outros 25% divorciados. Os unidos de facto representam 10% da amostra e uma pequena minoria tem o estado civil de viúva(o).

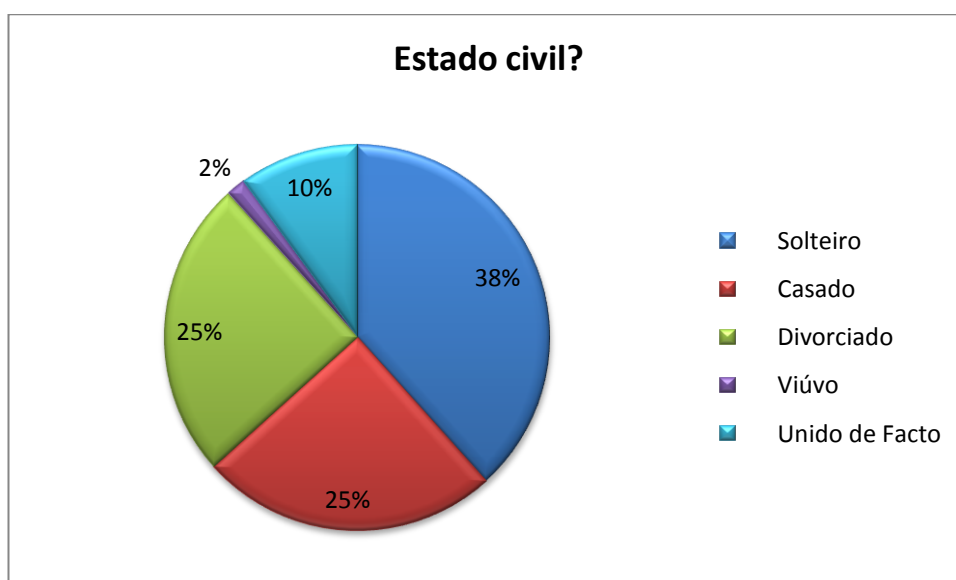


Gráfico 35 – Estado civil dos microempresários

O agregado familiar dos microempresários inquiridos é, em maioria (32%), composto por 3 pessoas, seguidos de 26% cujo agregado é unipessoal, 22% que possuem um agregado com 4 pessoas ou mais e, finalmente, 20% que contam com 2 pessoas no agregado familiar.

Como podemos verificar no gráfico 36, na página seguinte, em termos de número de pessoas por agregado familiar, as percentagens estão distribuídas de uma forma bastante coesa, sem disparidades significativas:

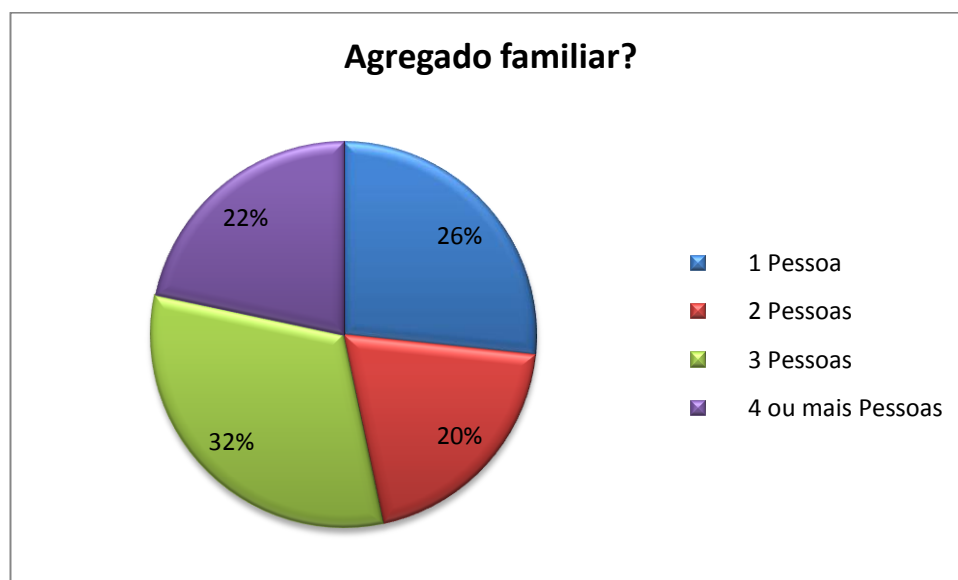


Gráfico 36 – Número de pessoas do agregado familiar dos microempresários

No tocante a habilitações literárias, a maioria dos microempresários, 40%, estudou até ao 12.º ano do Ensino Secundário, seguida de 35% cujas habilitações vão até ao terceiro ciclo do Ensino Básico (9.º ano). Dos restantes inquiridos, 15% possuem estudos ao nível do Ensino Superior e 10%, o primeiro ciclo do Ensino Básico (4.º ano).

Nenhum dos inquiridos (0%) afirmou não ter frequentado o ensino formal (escolaridade).

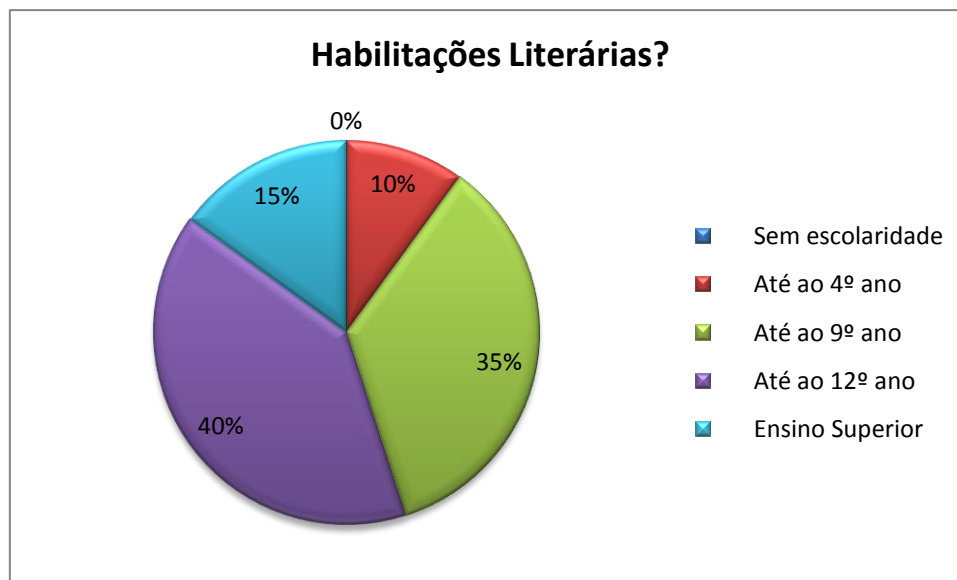


Gráfico 37 – Habilitações literárias dos microempresários

5.6. Vencimento

Esta última secção é exclusivamente dedicada à questão do vencimento. A única questão dirigida aos microempresários visou indagá-los a propósito do vencimento mensal líquido, em média, auferido.

Confrontados com esta questão, a maioria dos inquiridos, 38%, afirmou auferir entre 501 e 750 euros mensais líquidos, seguidos de 23%, cujo rendimento se situa entre os 251 e os 500 euros, e de 20% que afirmam ganhar entre 751 e 1000 euros mensais líquidos. Dos restantes microempresários, 17% auferem, em média, até 250 euros

mensalmente e uma pequena minoria, 2%, consegue extrair um vencimento mensal líquido superior a 1000 euros, como nos elucida o gráfico 38:

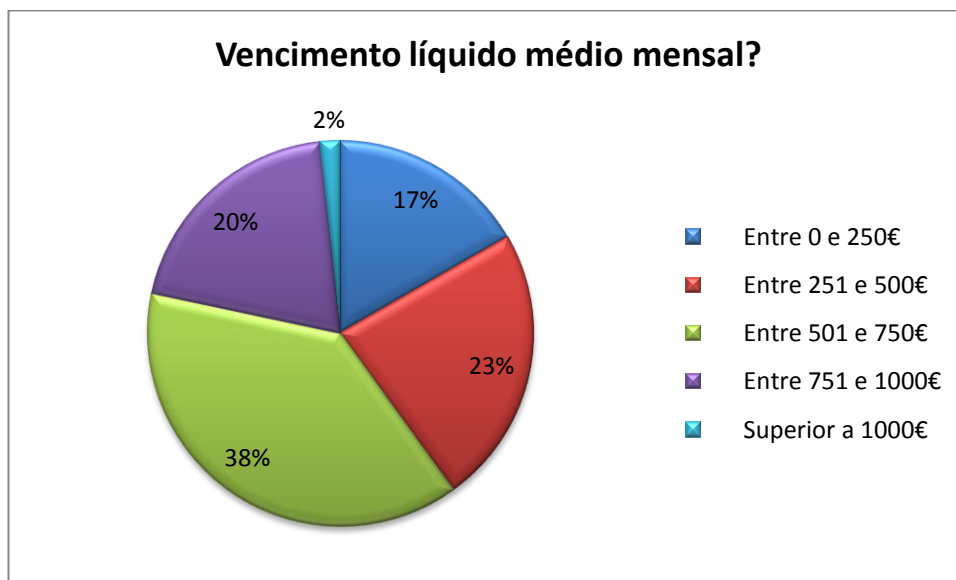


Gráfico 38 – Vencimento dos microempresários

6. Teste do Qui-Quadrado de independência (tabela contigência)

Crosstab						
			Se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao Microcrédito acha que estaria desempregado(a)?			Total
			Sim	Não	Talvez	
Tendo em conta a sua experiência, considera o Microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego?	Razoável	Count	10	3	12	25
		% within Tendo em conta a sua experiência, considera o Microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego?	40,0%	12,0%	48,0%	100,0%
		% within Se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao Microcrédito acha que estaria desempregado(a)?	45,5%	30,0%	42,9%	41,7%
		% of Total	16,7%	5,0%	20,0%	41,7%
	Bastante	Count	12	7	16	35
		% within Tendo em conta a sua experiência, considera o Microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego?	34,3%	20,0%	45,7%	100,0%
		% within Se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao Microcrédito acha que estaria desempregado(a)?	54,5%	70,0%	57,1%	58,3%
		% of Total	20,0%	11,7%	26,7%	58,3%
Total		Count	22	10	28	60
		% within Tendo em conta a sua experiência, considera o Microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego?	36,7%	16,7%	46,7%	100,0%
		% within Se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao Microcrédito acha que estaria desempregado(a)?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	36,7%	16,7%	46,7%	100,0%

Tabela 1 Crosstab

Dispõe-se de duas variáveis qualitativas e pretende-se analisar a relação entre estas, logo o procedimento estatístico usado é o teste de independência do Qui-Quadrado (χ^2). As hipóteses estatísticas associadas ao teste são:

H_0 : A opinião sobre o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego é independente da opinião sobre se não existindo a oportunidade de recorrer ao microcrédito estaria numa situação de desemprego

H_1 : A opinião sobre o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego é dependente da opinião sobre se não existindo a oportunidade de recorrer ao Microcrédito estaria numa situação de desemprego

Este teste só pode ser aplicado com rigor quando se verificam todas as condições seguintes:

1. Não mais de 20% das células têm frequência esperada inferior a 5 observações;
2. Todas as células têm frequência esperada igual ou superior a 1.

A medida de associação usada foi o V de Cramer e o critério usado na análise da intensidade deste coeficiente foi a seguinte: 0 - Inexistência de relação; $]0 - 0,2[$ - Relação muito fraca ou praticamente inexistente; $[0,2 - 0,4[$ - Relação fraca; $[0,4 - 0,7[$ - Relação média; $[0,7 - 1[$ - Relação forte; 1 - relação determinística.

Questões		Resultados do teste	V Cramer
Tendo em conta a sua experiência, considera o Microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego?	Se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao Microcrédito acha que estaria desempregado(a)?	$\chi^2(2)=0,706$ (p=0,703)	0,108 (p=0,703)

Tabela 2 Resultados do Teste do Qui-Quadrado de independência

A tomada de decisão é de não rejeição da hipótese nula ($p\text{-value} \leq \alpha$) de independência entre as duas variáveis. Neste caso, as condições de aplicabilidade do

teste são cumpridas, 16,7% das células têm frequências esperadas inferiores a 5 observações e a frequência esperada mínima é 4,17.

Do total de indivíduos que consideram que estariam desempregados se não tivesse existido a oportunidade de recorrer ao microcrédito, a maioria (54,5%) avalia com “bastante” o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego. No entanto, do total de indivíduos que consideram que não estariam desempregados se não tivesse existido a oportunidade de recorrer ao microcrédito, a grande maioria (70%) também avalia com “bastante” o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego. Todavia, do total de indivíduos que ponderam que não estariam desempregados se não tivesse existido a oportunidade de recorrer ao microcrédito, a grande maioria (70%) também avalia com “bastante” o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego. Do total de indivíduos que julgam que talvez estivessem desempregados se não tivesse existido a oportunidade de recorrer ao microcrédito, a maioria (57,1%) avalia, igualmente, com “bastante” o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego.

Do total de indivíduos que consideram razoável o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego, 48% acham que se não tivesse existido a oportunidade de recorrer ao microcrédito estariam talvez numa situação de desemprego. Por outro lado, do total de indivíduos que avaliam com “bastante” o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o emprego, 45,7% consideram que se não tivesse existido a oportunidade de recorrer ao microcrédito encontrar-se-iam talvez numa situação de desemprego.

O teste de independência do Qui-Quadrado não evidencia uma relação significativa entre a opinião sobre o microcrédito enquanto ferramenta de sucesso para o

emprego e da opinião sobre se não existindo a oportunidade de recorrer ao microcrédito estaria numa situação de desemprego ($\chi^2=0.706$, $p=0.703$). A intensidade da relação é muito fraca (V de Cramer=0.108, $p=0.703$).

7. Discussão dos resultados

Se, a partir desta investigação, quiséssemos traçar um perfil médio dos 60 microempresários entrevistados na zona da Grande Lisboa (que, segundo os estudos da ANDC (2011b), entre 1999 e 2011, representa a localização geográfica da maioria das microempresas, com 38,6% do universo), poderíamos, pesando a maioria das respostas às perguntas propostas, sugerir o seguinte:

7.1. Perfil médio do microempresário estudado

O microempresário da Grande Lisboa é, maioritariamente (conquanto sem grande diferença em relação ao sexo masculino), do sexo feminino e possui um nível de escolaridade até ao Ensino Secundário (12.º ano). É predominantemente solteiro e, no seu agregado familiar, conta com, além de si próprio, mais duas pessoas. Por agregado familiar entende-se o número de pessoas que vivem numa mesma casa, em regime de comunhão de despesas e benefícios; indivíduos, esses, que, geralmente (embora nem sempre), partilham um grau de parentesco entre si (ascendentes, descendentes, irmãos, cônjuge, entre outros). Talvez fosse demasiado precipitado inferir que boa parte destes microempresários deve viver na casa dos pais, muito embora esta possibilidade não

seja, de todo, completamente descartável. As suas idades são compreendidas no intervalo que vai dos 26 aos 50 anos. Na verdade, ao termos utilizado intervalos deveras abrangentes (nomeadamente, até aos 25 anos; dos 26 aos 50 anos; dos 51 aos 65 anos e mais de 65 anos), afastámo-nos um pouco de apurar mais profundamente a idade concreta da maioria destes microempresários. Todavia, se voltarmos a atentar no estudo levado a cabo pela ANDC (2011b) e oportunamente compararmos os dados por este apurados com os nossos, aferimos que a maioria, 34,8%, dos microempresários possui entre 25 e 35 anos, seguida de 28,7% que contam entre 35 e 45 anos. Logo, é lícito pensar que a nossa amostra tende a propender para uma faixa etária porventura mais jovem do que, à primeira vista, parecerá. Quanto ao vencimento líquido, em média, auferido, este vai dos 501 aos 750 euros mensais por microempresário.

Este microempresário desenvolve, em maioria, o seu trabalho financiado pelo microcrédito principalmente no sector secundário – composto por actividades como a indústria, a construção civil, as obras públicas e o fornecimento de gás, água e electricidade, entre outras; labora sozinho (ou seja, não emprega colaboradores) e dedica-se exclusivamente a esta actividade. A sua microempresa foi criada há pelo menos um ano ou mais (entre 1 a 2 anos). Antes de recorrer ao financiamento que lhe permitiu criar o seu próprio emprego, a sua situação laboral era de desemprego. Para dar início ao seu micro-negócio, o empresário pôde usufruir de um empréstimo entre 5001 a 7500 euros, com um prazo de reembolso entre 3 a 5 anos, considerando este montante suficiente para desenvolver a sua microempresa. O perfil médio do microempresário aponta ainda que este não concluiu, até então, o reembolso do financiamento concedido e tem vindo a sentir alguma dificuldade em fazê-lo.

Reflectindo sobre o microcrédito, o microempresário considera-o, globalmente, um processo pouco demorado, bem como experimentou escassa dificuldade em aceder a este benefício. Caso não tivesse conseguido obter o microcrédito, revela-se relutante quanto às suas possibilidades laborais, afirmando que “talvez” pudesse estar numa situação de desemprego. Apesar de tudo, a maioria dos microempresários que compõem o perfil que aqui esboçamos não considera que este estímulo tivesse exercido grande repercussão na melhoria da sua vida nem na do seu agregado familiar, encarando este progresso na sua qualidade de vida de carácter “razoável”. Contudo, a sua atitude revela-se, ainda assim, positiva e promissora, ao asseverar que, se fosse hoje, voltaria a recorrer ao microcrédito.

No tocante ao acompanhamento prestado pela Associação Nacional de Direito ao Crédito, entre as classificações de insuficiente, suficiente, bom e muito bom, o perfil médio aponta para uma avaliação ao nível de bom, visto que, entre outros, pôde contar com acompanhamento profissional e de formação.

Relativamente ao contributo da experiência deste microempresário, ao ter pesado o microcrédito enquanto uma ferramenta de bastante sucesso para o emprego, corroboramos, a este nível (ao da nossa amostra de 60 microempresários operando na Grande Lisboa), que este se traduz, de facto, num mecanismo de criação de emprego com assaz êxito.

7.2. As “micro-realidades” dos microempresários da Grande Lisboa

Apesar de os nossos dados se apresentarem, regra geral, animadores, o que confirma que, de um lado, estes últimos dez anos se revelaram profícuos e que, de outro, as microempresas são casos marcadamente de sucesso em pleno panorama de crise económica, não podemos, ainda assim, esquecer, ou ignorar as minorias, as “micro-realidades” de cada um.

O nosso estudo, apesar de não se poder comparar com estudos de grande envergadura (como os da ANDC, por exemplo), permitiu-nos constatar alguns dados, a meu ver, dignos de preocupação, ora vejamos:

Nenhum dos microempresários inquiridos é alguém sem qualquer nível de escolaridade formal (o ensino formal ou explícito é aquele que ministrado numa escola ou outra instituição, conferente de certificação). Também no estudo promovido pela ANDC, este valor não passa de 1,0%. Se atentarmos nas taxas de iliteracia em Portugal (ou de analfabetismo, i.e. 658 mil pessoas com mais de 15 anos³) e em que medida estas se relacionam com o desemprego, o microcrédito não se tem mostrado, ainda, como uma mais-valia para a inserção desses cidadãos em particular no mercado de trabalho e,

³ “Dez em cada 100 portugueses são analfabetos e apenas um terço completou o 1.º ciclo do Ensino Básico. Os resultados do Censos 2001 revelam também que são as regiões do Sul do País que registam a maior taxa de analfabetismo. [...] Embora a taxa de analfabetismo tenha diminuído ligeiramente desde o último censos (1991), actualmente, 9 em cada 100 portugueses, com 10 anos ou mais, não sabem ler nem escrever, conforme os resultados definitivos do Censos 2001” *Educare* (2002), disponível em http://www.liberdade-educacao.org/doc_avaliacao/dezporcento.htm; “Portugal tem mais de 650 mil analfabetos. [...] Os últimos dados conhecidos sobre o analfabetismo em Portugal são a estimativa do PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento) publicada no relatório bienal 2007/08, segundo o qual existem 658 mil portugueses com mais de 15 anos que não sabem ler nem escrever [...] ‘Dados novos não existem’ desde 2001 confirmou ao JN Rui Seguro, presidente da Associação O Direito a Aprender. ‘O problema é que [o Estado] se tem esquecido dos milhares de analfabetos que ainda existem, tratando-se, principalmente, de uma população envelhecida, já que é a partir dos 45 anos que se registam os maiores índices de analfabetismo’, assinala. *Jornal de Notícias* (2010-09-08). Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1657242&page=-1

por conseguinte, na sociedade. Ora, se aliarmos estes dados ao facto de que ainda existem minorias as quais afirmam não ter contado com acompanhamento nem profissional nem de formação, ainda tornam esta realidade mais grave do ponto de vista socioeconómico. É preciso, de acordo com algumas sugestões generosamente apresentadas por alguns dos inquiridos, “mais acompanhamento profissional” e “formação nas devidas actividades por parte de especialistas em cada área”. Por outras palavras, há que investir ainda mais numa filosofia que alie incentivo económico ao desenvolvimento e/ou alargamento de competências e conhecimentos, tal como por “mais apoio por parte das entidades bancárias (mais proximidade)” e por se “divulgar mais o microcrédito” – sugestões de alguns inquiridos.

Outra questão relevante passa pelo facto de nenhum dos microempresários possuir mais de 65 anos de idade. Também os dados da Associação Nacional de Direito ao Crédito apontam nesse sentido: apenas 0,3% dos sujeitos contam com idades iguais ou superiores a 65 anos (ANDC 2011b) – uma faixa etária na qual acaba por incidir, outrossim, uma significativa taxa de analfabetismo, o que, naturalmente aliado a outros factores (como a solidão), exclui estas pessoas, muitas ainda física e psicologicamente capazes e motivadas, de poderem obter uma ocupação financeiramente compensatória, já que muitos idosos vivem no limiar da pobreza com as suas parcas reformas e nenhum projecto pessoal, profissional ou de aprendizagem gratificantes. Segundo Teresa Almeida Pinto (2006), presidente da Associação VIDA – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Activo, “30% da população idosa está em risco de pobreza, 26% é analfabeta”⁴. A verdade é que muitas das pessoas, principalmente as se encontram na

⁴ Em Portugal, mais de um milhão de idosos sobrevive com um rendimento mensal inferior a 300 euros. A denúncia foi feita ontem, no Porto, pela presidente da Associação VIDA – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Activo. ‘Os idosos representam 17% da população e mais de 20% do eleitorado, mas a pobreza monetária e literária retira-lhes a força que a sua vantagem numérica lhes poderá conferir’,

terceira idade, embora não sejam detentoras de certificados de ensino formal, desenvolveram conhecimentos e competências, informalmente, ao longo da vida; saberes, esses, que podem e devem ser aproveitados em benefício de uma sociedade com menos desigualdades. Impera, por isso, “serem mais exigentes com os microempresários, de forma a saberem realmente se a pessoa tem aptidões para desempenhar a função”, como o sugeriu um dos inquiridos; aptidões, essas, que nem sempre passam pelo ensino formal e que, em contraste, podem ser igualmente verificadas e/ou acreditadas.

Existem, por outro lado, microempresários cujo vencimento líquido não ultrapassa, em média, os 250 euros mensais (17% dos inquiridos) – um valor que nem sequer chega ao do salário mínimo nacional e, dado o custo de vida do nosso país, não se revela suficiente para garantir a subsistência de um indivíduo que viva ou que queira viver de forma independente, nomeadamente, com casa própria ou arrendada, sem contar com outra fonte de rendimento ou com ajuda da parte de terceiros (de familiares, por exemplo). Porventura, impede-o, outrossim, de se sentir preparado para assumir responsabilidades, como o casamento e a constituição de família.

Ainda há quem considere o microcrédito um processo moroso e de difícil acesso; que o acompanhamento prestado pela ANDC é insuficiente ou apenas “suficiente” e que os montantes financiados não se revelam satisfatórios para desenvolver um micro-negócio, além de sentirem grandes dificuldades de reembolso. Apesar de algumas microempresas empregarem colaboradores, sem contar com o

frisou Teresa Almeida Pinto. [...] Acrescentou que ‘mais de metade dos portugueses que vivem sós (58%, cerca de 321 mil pessoas) têm idade igual ou superior a 65 anos’. Além disso, 30% da população idosa está em risco de pobreza, 26% é analfabeta (42% a partir dos 75 anos) [...]. *Jornal de Notícias* (2006-10-01). Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=571977

microempresário – contribuindo, deste modo, para gerar emprego e riqueza –, em alguns casos houve recurso ao despedimento. Para um dos inquiridos, a sua sugestão de melhoria para o microcrédito passa pelo “aumento do prazo de carência”.

Para finalizar este ponto, considero oportuno recordar o testemunho de um dos inquiridos, quando adverte que deveria haver “um acordo entre os microempresários, para que uns utilizem os serviços dos outros”. Efectivamente, esta é uma questão da maior relevância. Como o próprio Yunus o defende, a concorrência e a cooperação, seja entre empresas com Responsabilidade Social e aquelas que perseguem sobretudo o lucro, seja entre empresas análogas, constituem meios que abrem caminho para um mercado mais competitivo e, por conseguinte, mais exigente, diversificado e, particularmente, especializado no tocante a responder àquilo que são, hoje, as necessidades dos consumidores. Estes, por seu lado, procuram, cada vez mais, não apenas produtos e serviços, mas experiências gratificantes de consumo; experiências, essas, que criam progressivamente mais valor nos mercados por todo o mundo (Prahalad & Ramaswamy, 2002, p.3). Creio, vivamente, que as microempresas, pela sua importância social, têm todo um caminho por desbravar no sentido de cativar a preferência dos clientes, ávidos de experiências diferentes e personalizadas de consumo, diversas daquelas oferecidas pelas empresas voltadas para o consumo de massas. Um desses caminhos passa por uma aderência (o que implica um investimento em formação inicial e contínua) progressiva às novas Tecnologias de Informação e de Comunicação, principalmente no tocante à Internet, que têm transformado o mercado num fórum da Web à escala global entre consumidores, que trocam impressões, comentários, ideais e críticas, partilhando a sua vivência enquanto clientes das empresas a que acorrem. Outro dos caminhos a ponderar, ainda com mais cuidado e tempo, passa pela filosofia da co-

criação, ainda a dar os seus primeiros passos, aplicada aos microempresários, a cada um e entre si.

8. Impacto do microcrédito na Economia Portuguesa: uma ferramenta de sucesso?

Em virtude de todos os saberes académicos que desenvolvi, dentro e fora das aulas, e da experiência oportunamente conduzida em campo, tudo isso aliado a um espírito atento e aberto às novas realidades com que, todos os dias, deparamos, penso que é consensual o carácter de sucesso do microcrédito que, apesar de ainda estar, no nosso país, numa fase um pouco “experimental”, a meu ver, pelas suas características, pela filosofia, metodologia e entidades envolvidas, reúne quase todas as condições para que lhe possamos antever um futuro a médio e longo prazo deveras promissor.

Ainda assim, como em qualquer estudo empírico, não foi a minha intenção encontrar respostas definitivas, tão-pouco apresentar, nesta fase da minha formação pessoal e profissional, uma senda a desbravar que se revelasse, sem sombra de dúvida, o caminho para o êxito desta ferramenta em Portugal.

No entanto, considero honestamente que este meu modesto contributo nos ajudou a voltar a repensar, uma vez mais e não certamente a última, a complexidade das questões em jogo. Tudo o que se concentra em objectivos tão dignos quanto ambiciosos, como o é a erradicação ou diminuição da pobreza.

Antes de pensarmos somente em questões económicas, não podemos nunca descurar daquilo que é a sociedade, heterogénea e multicultural, composta por familiares e individuais, com necessidades, capacidades e dificuldades distintas. Antes de um projecto económico de promoção da riqueza nacional, reduzindo a despesa dos

contribuintes para com os desfavorecidos vivendo precariamente em regime de subsídios – objectivo também importante –, o microcrédito é um projecto social, que visa a inclusão, a (re)inserção e a sociabilização de pessoas que, por motivos económicos (por vezes acrescidos de outros factores adjacentes), vivem à margem da sociedade, cada vez mais individualista, consumista e hedonista – características inerentes à Era Pós-Moderna na qual nos encontramos, em que, uma vez mais no construído pela História, há os favorecidos e aqueles que muito dificilmente conseguem alcançar níveis decentes de qualidade vida, o mesmo se estendendo à sua descendência, não raramente descrente quanto ao valor do mérito pessoal, do esforço e do empreendimento próprios que, hoje, felizmente, creio que vingam, enquanto as componentes mais valorizadas do indivíduo nas sociedades ocidentais.

Julgo que o rumo em direcção a um maior equilíbrio de oportunidades face à distribuição da riqueza, ao acesso às oportunidades de trabalho e, por conseguinte, a uma qualidade de vida, verdadeiramente digna de ser vivida, passa não só pelo estímulo financeiro, mas pela formação inicial e contínua de todas as pessoas. Deste modo, ou seja, gozando das oportunidades não só adequadas como reconhecidas e gratificantes de desenvolvimento e/ou acreditação de competências e conhecimentos, estará boa parte dos indivíduos, mais preparados e disponível para assumir, com confiança e força de vontade, as ocasiões favoráveis para investirem em si próprios, sempre através de um processo de monitorização, acompanhamento e partilha por parte de especialistas em matéria de negócios, mas também nas diversas áreas em que as microempresas proliferarão, ganharão terreno e, certamente, prosperarão, com vista a outros horizontes ainda mais promissores.

Também o processo burocrático deve caminhar para uma necessária simplificação, para que tanto a ANDC quanto as entidades bancárias possam encontrar, em simbiose, as melhores estratégias para financiar estes projectos, acompanhando, ainda mais de perto, o cliente, para que ele se sinta explicitamente amparado, vendo as suas responsabilidades compartilhadas com instituições fidedignas, que detêm o saber e a experiência capazes de o motivar para avançar, com confiança e conhecimento da realidade, para investir no seu projecto de vida numa microempresa votada, se assim se propiciar, à expansão e ao progresso.

Por outro lado, tem de haver ainda mais divulgação do microcrédito, mais incentivo visível e ainda mais transparência, de modo a clarificar, mesmo aos olhos dos mais incautos, o seu real valor, que não é pouco. Sem esquecer que nem todos possuem bons níveis de literacia de informação (i.e. a capacidade de usar as tecnologias para aceder aos conteúdos de informação que interessam ao sujeito), essa divulgação não deve dirigir-se apenas aos potenciais microempresários, mas a todas as pessoas, a fim de que sejam pública e devidamente reconhecidos os esforços empreendidos pelos Governos no sentido de incrementar e consolidar o Estado Social. A falta de informação, ao lado da carência do acesso ao ensino/formação e às oportunidades de trabalho, constitui um dos grandes entraves à segurança, à confiança, ao diálogo intergeracional e ao sentido de compromisso social da sociedade portuguesa, o que, quer queiramos quer não, repercute claramente os seus efeitos em todas as esferas da realidade, como a política e a económica.

Em todo o caso, o microcrédito é, sem dúvida alguma, uma ferramenta de sucesso para o emprego e, por conseguinte, para a Economia Portuguesa, uma vez que proporciona a oportunidade a muitas pessoas em situação económica de risco,

nomeadamente desempregados (por vezes, com muita dificuldade em encontrar novo emprego num mercado de trabalho cada vez mais exigente, competitivo e, não raramente, com preferência por indivíduos mais jovens), trabalhadores precários, trabalhadores por conta própria em dificuldades, jovens em início de vida, entre muitos outros casos. Adjuvante a todos estes factores, a verdade é que muitas dessas pessoas não apresentam, por vezes, garantias suficientes para que possam beneficiar de crédito em condições normais por parte das entidades bancárias. Ora, se não confiarmos nestas pessoas que, como todos nós, têm de sobreviver financeiramente, como as ajudamos a ultrapassar ou prevenir situações de pobreza, particularmente no quadro actual, em que os números de desemprego se apresentam cada vez maiores e mais preocupantes. O microcrédito não visa exclusivamente o lucro; privilegia o factor social e, mais amplamente, o factor humano, porque é precisamente através dele que se erguem as grandes potências económicas, não sem esforço, tempo e, acima de tudo, muita experiência, lidando com as situações reais, caso a caso. Esta é a principal missão que o microcrédito tem cumprido com reconhecido êxito, muito embora ainda existam algumas arestas burocráticas que, como vimos, necessitarão porventura de ser limadas. Tudo isso se auferirá com o tempo necessário e com a experiência e conhecimento dos seus intervenientes e dos actores sociais envolvidos nestes processos.

Conclusão

Chego, assim, ao fim desta jornada ciente das limitações do meu estudo, que se prenderam, particularmente, ao factor tempo. Na verdade, são muitos os projectos e os contributos em que cada um de nós se pode empenhar, mas, na maior parte das vezes, muitas destas intenções acabam por não passar de palavras, nem de sair do papel, no seu sentido estrito. Tudo isto porque, cada vez mais, a vida actual corre a um ritmo vertiginoso, em que nos vimos obrigados a dedicar-nos a diversas tarefas em simultâneo, rumo à construção de uma vida gratificante e à prossecução dos ideais de vida de cada um: são muitos os valores em jogo e o tempo gradativamente mais fugidio.

Todavia, termino esta tese que aqui apresento verdadeiramente satisfeito; satisfeito por ter enveredado pelo tema que escolhi; grato pelo acolhimento por parte da tutela, das entidades e das pessoas que se dedicam às microempresas que tão boamente colaboraram com esta investigação. Chego ao fim sem que tivesse apresentado uma solução inovadora e inédita para os problemas económicos que atravessamos (nem era essa a minha finalidade), muito menos um antídoto rápido e eficaz que revertesse o curso das realidades que ainda se revelam complexas e, em alguns casos, deficientes.

Julgo que o grande contributo deste trabalho passa pela reflexão com que me dispus a fazer dos problemas destas pessoas as minhas preocupações. Uma ponderação que me exigiu não apenas muitas leituras, mas um espírito aberto e desanuviado para as procurar olhar com outros olhos não apenas de um Economista, mas de um cidadão.

As estatísticas, apesar do seu indiscutível valor indicador das evidências, não passam de números. Carece, por isso, ao economista, fazer revestir esses números,

mesmo os menos significativos, de sentido, reconhecendo que cada um deles comporta factor humano, que é a nossa maior riqueza e o nosso mais precioso garante de esperança num futuro melhor, no qual acredito. Como Yunus, também eu creio que, com os inúmeros avanços científicos, tecnológicos e em tantas outras áreas do saber, estejamos, um dia, embora não sem grande esforço e sacrifício pessoal e comunitário, em condições de nos orgulharmos de estatísticas que comprovem a erradicação, cada vez mais progressiva, da pobreza. Nessa altura, viveremos numa nova realidade e, nesse novo entendimento do real, outras adversidades, certamente, surgirão. Será, nessa altura como agora, preciso vontade, sentido de compromisso e de devoção para outros investigadores, como nós, se debruçarem sobre essa realidade, sob diversos prismas e abordagens multifacetadas e transdisciplinares, encontrando os melhores caminhos para ultrapassar e superar todos os obstáculos que erguerão.

Reservei, pois, esta conclusão, não para apresentar uma síntese sumária e objectiva de tudo o que, nestas páginas, foi dito – o que soaria redundante e repetitivo –, mas para reforçar a ideia de que é cada vez mais necessário que a ênfase dos nossos estudos seja colocada no valor da partilha de contributos, uns mais abrangentes e profundos do que outros, para a construção da ciência, enquanto esfera que busca, acima de tudo, a verdade. São esses pequenos e grandes contributos, como o modesto estudo que aqui apresentei, que nos tornam dignos das nossas perplexidades, enquanto o principal caminho para superá-las, atendendo sempre às “micro-realidades” que, pelo caminho, vamos encontrando.

Por todas estas razões, gostaria, por fim, de apresentar algumas sugestões de investigação futura que, porventura, possam beneficiar deste trabalho, para que, juntos, atinjamos patamares cada vez mais exigentes de conhecimento e experiência. São elas:

- Estudar mais amplamente esta realidade, recorrendo a amostras mais significativas da população de microempresários;
- Averiguar se existe alinhamento, ao nível de marketing, entre microempresas produtoras de produtos e serviços e microempresas consumidoras desses produtos e serviços;
- Acompanhar, em jeito de reportagem, um microempresário durante todo o processo, desde a sua intenção de recorrer ao microcrédito até ao início do funcionamento da sua microempresa, procurando conhecer melhor a sua vida, daí extraindo as conclusões que se evidenciarem;
- Investigar, mais profundamente, as relações entre a ANDC e as entidades bancárias;
- Traçar um projecto de co-criação entre microempresas;
- Investigar o acompanhamento profissional e de formação dos microempresários;
- Esboçar um projecto que alie possíveis cursos de formação em algumas áreas, particularmente destinado a futuros microempresários laborando nessas mesmas áreas.

Bibliografia

Acordo (2006), Acordo de cooperação entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Associação Nacional de Direito ao Crédito. Disponível em: http://www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=747&m=PDF

Afonso, J. S. (2010), “*Microcrédito e Território – Portugal como Estudo de Caso*”, Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Alves, M. B. (2007), O microcrédito anda na boca de toda a gente, mas não basta, *Revista Dirigir*, IEFP

Alves, Manuel B. (2006), O microcrédito: mais uma panaceia?, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 13, APDR.

André, I. e Abreu, A. (2006), “*Dimensões e espaços da inovação social*”. Finisterra

Araújo, V. A. (2010), “*Microcrédito – Novo paradigma de financiamento*”, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2006), “*Microcrédito em Portugal, o que é e o que não é*”. Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/downloads/Documentos/Assinaturade%20protocolo%20com%20IEFP.pdf>

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2009), “*10 Anos de ANDC, 10 anos de projectos de vida*”. Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/10ANOS.pdf>

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2011a), “*O que é um microcrédito?*”

Disponível em: http://www.microcredito.com.pt/o_que_e_um_microcredito.asp

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2011b), “*Estatística de Síntese*”.

Disponível em:

http://www.microcredito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/2011_02_sintese.pdf

Associação Nacional de Direito ao Crédito (2011c), “*Estatísticas Gerais, 1999 a*

Fevereiro de 2011”. Disponível em:

http://www.microcredito.com.pt/downloads/Súmulas%20Estatísticas/2011_02_gerais.pdf

Centeio, J. (2008), Microcrédito: o papel na responsabilidade social, Câmara de Comércio e Indústria Luso Francesa.

Cervo, A.L e Bervian, P.A. (1978), *Metodologia científica para uso de estudantes universitários* (2ª ed), São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

Mendes, A. e Carvalho, M. S. (2007), “*Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal*”, Universidade Católica Portuguesa e Quaternaire Portugal.

Pires, A. J. D. (2009), “*O microcrédito em economias desenvolvidas: Estudo de caso em Portugal*”, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.

Prahalad, C. K. e Ramaswamy, V. (2002), The Co-Creation Connection, *Strategy + Business*, 27, pp. 1-12.

Wemans, J. (2000), O contributo do microcrédito para o desenvolvimento local e a afirmação da cidadania, *Seminário Desenvolvimento Local, Economia Social e Cidadania*, Santa Maria da Feira.

Yunus, M. (1994), Credit for self employment: a fundamental human right, in D. Gibbons (ed), *The Grameen Reader*, Dhaka.

Yunus, M. (2002), “*O Banqueiro do Pobres*”, Ed. Edifel.

Yunus, M. (2006), Social Business Entrepreneurs Are the Solution, presented at the *Skoll World Forum on Social Entrepreneurship*, March 29, 31, pp. 1-13.

Anexo (Guião das Entrevistas Telefónicas)



Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Guião de Entrevista Telefónica

Utilizando o conhecimento e a importância das experiências realizadas nestes últimos 10 anos, o principal intuito deste questionário é estudar se o microcrédito é ou não uma ferramenta de sucesso para o emprego em Portugal, tendo em conta o seu efeito na Economia Portuguesa.

I. Identificação da/s Actividade/s

1. Qual o sector da sua actividade?

- ☐ Sector Primário (Agricultura; Pecuária; Silvicultura; Extração mineira; Apicultura; Pesca)
- ☐ Sector Secundário (Indústria; Construção civil; Obras públicas; Fornecimento de gás, água e electricidade)
- ☐ Sector Terciário (Saúde; Educação; Banca; Seguros; Transportes; Turismo)

2. Há quanto tempo recorreu ao Microcrédito?

- ☐ Menos 1 ano
- ☐ Entre 1 a 2 anos
- ☐ Entre 3 a 5 anos
- ☐ Mais de 5 anos

3. Qual era a sua situação profissional antes de recorrer ao Microcrédito?

- ☐ Conta própria
- ☐ Conta de outrem
- ☐ Desempregado
- ☐ Reformado
- ☐ Outra _____

4. Além desta actividade financiada pelo Microcrédito, exerce mais alguma?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, qual? _____

II. Acompanhamento e formação

1. Durante este projecto financiado pelo Microcrédito, teve algum acompanhamento ao nível profissional?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, por parte de que entidade? _____

2. Acompanhamento a nível de formação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, por parte de que entidade? _____

3. Como classifica o acompanhamento que lhe foi prestado pela ANDC?

- ☐ Insuficiente
- ☐ Suficiente
- ☐ Bom
- ☐ Muito Bom

I. Financiamento

1. Qual o montante que lhe foi emprestado?
 - ☐ Entre 0 e 2500€
 - ☐ Entre 2501 e 5000€
 - ☐ Entre 5001 e 7500€
 - ☐ Superior a 7500€
2. O montante foi suficiente para arrancar com o negócio?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
3. Qual o prazo de reembolso do empréstimo?
 - ☐ Menos 3 anos
 - ☐ De 3 a 5 anos
 - ☐ De 6 a 10 anos
 - ☐ Mais de 10 anos
4. O empréstimo já foi totalmente reembolsado?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não

Se não, quanto falta? _____

5. Dificuldade de reembolso?
 - ☐ Pouca
 - ☐ Alguma
 - ☐ Muita

II. Colaboradores

1. Quantos trabalhadores tem o seu negócio contando consigo?
 - ☐ 1
 - ☐ 2
 - ☐ 3
 - ☐ 4 ou mais
1. Já fez algum despedimento?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não

Se sim, qual o motivo? _____

III. Análise ao Microcrédito

1. Considera o Microcrédito um processo demorado?
 - ☐ Pouco
 - ☐ Razoável
 - ☐ Bastante
2. Sentiu dificuldade em aceder ao Microcrédito?
 - ☐ Pouca
 - ☐ Alguma
 - ☐ Muita

1. Se não tivesse tido a oportunidade de recorrer ao Microcrédito, acha que estaria desempregado(a)?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Talvez
2. Tendo em conta a sua experiência, considera o Microcrédito uma ferramenta de sucesso para o emprego?
 - ☐ Pouco
 - ☐ Razoável
 - ☐ Bastante
3. O microcrédito melhorou a sua vida e a do seu agregado familiar?
 - ☐ Pouco
 - ☐ Razoável
 - ☐ Bastante
4. Hoje, voltaria a recorrer ao microcrédito?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Talvez
5. Tem alguma sugestão para melhoramento do microcrédito?

I. Análise demográfica

1. Género?
 - ☐ Masculino
 - ☐ Feminino
2. Idade?
 - ☐ Até 25 anos
 - ☐ Entre 26 e 50 anos
 - ☐ Entre 51 e 65 anos
 - ☐ Superior a 65 anos
3. Estado civil?
 - ☐ Solteiro
 - ☐ Casado
 - ☐ Divorciado
 - ☐ Viúvo
 - ☐ Unido de Facto
4. Agregado familiar?
 - ☐ 1 Pessoa
 - ☐ 2 Pessoas
 - ☐ 3 Pessoas

☐ 4 ou mais Pessoas

1. Habilitações Literárias?

☐ Sem escolaridade

☐ Até ao 4º ano

☐ Até ao 9º ano

☐ Até ao 12º ano

☐ Ensino Superior

I. Vencimento

1. Vencimento líquido médio mensal?

☐ Entre 0 e 250€

☐ Entre 251 e 500€

☐ Entre 501 e 750€

☐ Entre 751 e 1000€

☐ Superior a 1000€

Ficha Técnica

Questionário Nº: _____

Data: _____ Hora: _____ Nº Telefone: _____

Localidade: _____

Entrevistador: _____